

Avaliado em ____ / ____ / ____
 Destinação Final:
 Guarda permanente
 Amostragem
 Eliminar em ____ / ____ / ____



CÓDIGO DE BARRAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA

24 VOL

ETIQUETA DE LEITURA ÓTICA

0260447-16.2010.8.19.0001

13/08/2010 - 16:06

2º Ofício Rég.
 Dep.

Cartório da 1ª Vara Empresarial - Empresarial

Falência de Empresários, Sociéd. Empresárias, Microempresas e Empresas de Peq. Porte -
 Requerimento - Autofalência

M Fal: MASSA FALIDA DE S.A. (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)
 M Fal: MASSA FALIDA DE RIO SUL LINHAS AEREAS SA
 M Fal: MASSA FALIDA DE NORDESTE LINHAS AEREAS SA
 Adv: Wagner Braganca (Rj109734)
 Adv: Fábio Nogueira Fernandes (Rj109339)
 Adv: Bianca Souza Sant'anna (Rj109581)

ETIQUETA DE DISTRIBUIÇÃO

0260447-16.2010.8.19.0001

Interess: BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK
 Adv: Rita Maria da Conceição Miranda (Rj052834)
 Adv: Renata Oliveira Breves (Rj184026a)
 Interess: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.
 Adv: Claudio Costa e Castro (Rj140826)
 Admís Jud: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS LTDA
 Interess: AMADEUS BRASILLTDA
 Adv: Vitor Carvalho Lopes (Rj131298)
 Interess: FABIO AGUIAR MUNHOZ SOARES
 Interess: ANDREA CRISTINA KI HIPPEL MUNHOZ SOARES

JUIZ Dr.

AUTUAÇÃO

DATA DA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____

REG. DE SENT.: LIVRO FLS.

JUSTIÇA GRATUITA: SIM NÃO

Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial
Processo:

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que:

() ENCERREI à fls. _____ o _____ volume destes autos.

INICIEI à fls. 4603 o 24º volume destes autos.

Rio, 18 / 05 / 2012.

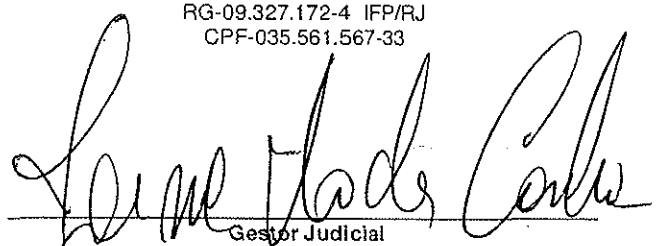
4601



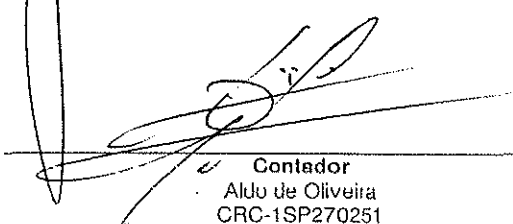
Nordeste Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"



Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldu de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

9602
J

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos à variação monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

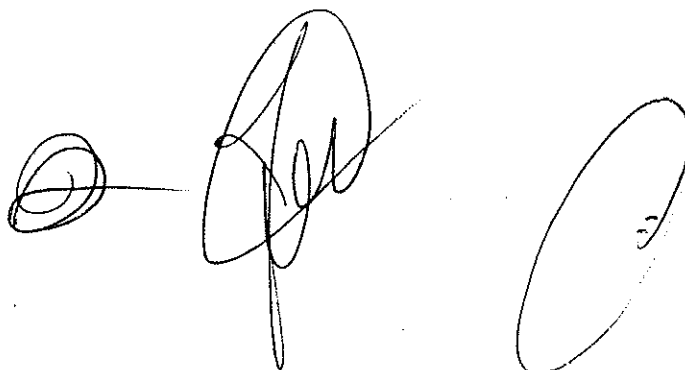
f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

g) Investimentos

Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de depreciação e provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.

h) Imobilizado



É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

j) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

k) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

m) Prejuízo por ação

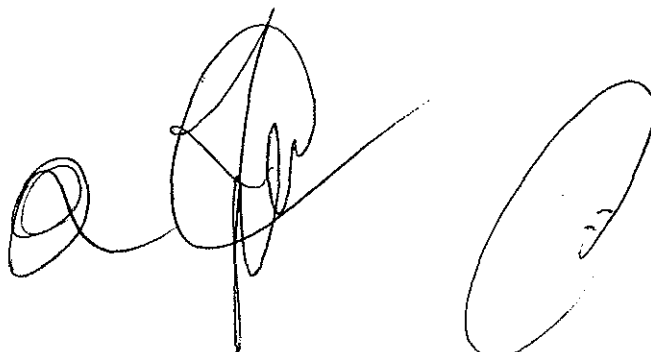
Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações contábeis e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

o) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

A large, stylized handwritten signature in black ink is positioned on the left side of the page. To its right is a circular stamp, also in black ink, which appears to be a seal or official mark. The signature and stamp are located in the lower half of the page, below the main body of text.

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2008

4604
P

3. DISPONIBILIDADES

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa e bancos	51	18
Aplicações Financeiras	2.942	18.045
	<u>2.993</u>	<u>18.063</u>

4. CONTAS A RECEBER

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
No país	6.863	6.020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.255)	(6.020)
	<u>608</u>	<u>-</u>

Para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou o grau de risco de realização dos créditos com cada cliente cuja composição estava disponível, provisionando todos os títulos vencidos há mais de 90 dias.

5. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Salário Maternidade	39	39
Outros Créditos	15	14
	<u>54</u>	<u>53</u>

6. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Prêmio de seguros	493	23
Adiantamento a prestadores de serviços	7	31
Provisão para reserva de manutenção	1.519	-
Outros	2.301	1.280
	<u>4.320</u>	<u>1.334</u>

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2008

4605
AL

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	CIRCULANTE				LONGO PRAZO			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
SATA – Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.	-	-	27	27	-	-	-	-
S.A. Viação Aérea Rio Grandense “Em Recuperação Judicial”	-	-	-	3.872	-	-	1.194	1.194
	-	-	27	3.899	-	-	1.194	1.194


Os ativos e passivos de curto e longo prazo, junto às coligadas S.A. Viação Aérea Rio-Grandense – “Em Recuperação S.A.” e Rio Sul Linhas Aéreas S.A. - “Em Recuperação Judicial” referem-se, sobretudo, à conta corrente sem remuneração.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	2008				2007	
		Custo	Depreciação		Líquido	Líquido	
			acumulada	Líquido			
Benfeitorias em aeronaves terceiros		302	68	234			
Equipamento terrestre próprio		262	3	259			
Veículos	20	36	36	-	-		
Imóveis	4 a 11	2.601	2.277	324	324		
		3.201	2.384	817	324		
Outros	-	30	-	30	672		
		3.231	2.384	847	996		

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2008

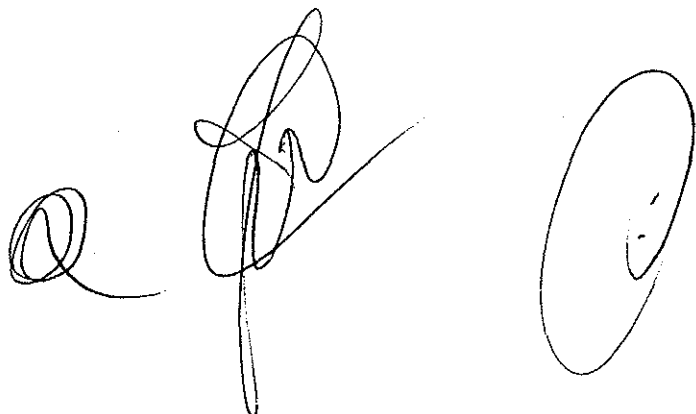
4606


9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2008		2007	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Classe I				
Funcionários	-	5.156	5.156	5.469
Classe II				
Brazilian Aircraft Finance XV / Dasa Aircraft Lease	-	-	-	-
Debis	-	3.304	3.304	3.345
Ansett	-	7	7	7
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	1.848	1.848	1.319
Classe III				
Aeroturbine	-	29.272	29.272	29.272
VEM – Varig Engenharia e Manutenção S.A.	-	2.318	2.318	2.318
Fokker Services	-	548	548	548
Shell Brasil S.A.	-	268	268	268
INFRAERO	-	51	51	51
Consultax	-	40	40	40
Bahia Catering Ltda	-	23	23	23
Comissária Aérea Rio de Janeiro	-	23	23	23
Valor Econômico S.A.	-	21	21	21
S.A. O Estado de São Paulo	-	19	19	19
Belo Horizonte Othon Palace	-	18	18	18
Editora Jornal do Comércio Ltda	-	18	18	18
Policromo Indústria Gráfica Ltda	-	18	18	18
Correção Monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	19.450	19.450	10.301
Outros empréstimos e financiamentos	-	47.838	47.838	47.838
	-	110.240	110.240	100.916

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial estão condicionados ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas.



10. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Ⓢ

	2008	2007
Impostos e contribuições por conta de terceiros em atraso	476	440
Taxas e contribuições por conta de terceiros	252	7
Cofins, PIS, ISS e ICMS	58	55
	<u>786</u>	<u>502</u>

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2008	2007
Salários a pagar		60
Previdência social	147	26
FGTS	141	56
Contribuições ao Instituto Aerus de Seguridade social	42	42
	<u>330</u>	<u>184</u>

12. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	2008	2007
FNDE – Salário Educação	1.074	996
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	14.815	15.283
Previdência social	6	3
	<u>15.895</u>	<u>16.282</u>

13. CONTAS A PAGAR

A composição dos saldos de contas a pagar é a seguinte:

	2008	2007
Seguros a pagar	207	49
Outros	5.916	-
	<u>6.123</u>	<u>49</u>

4608
7

14. PROVISÕES DIVERSAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	2008	2007
Férias, 13º e encargos	2.802	2.601
	<u>2.802</u>	<u>2.601</u>

15. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	2008	2007
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	23.869	25.009
PAEX – Parcelamento PIS/COFINS	60.412	62.107
FNDE - Parcelamento Salário Educação	696	654
	<u>84.977</u>	<u>87.770</u>
Menos- parcelas de curto prazo	61.618	10.218
Exigível a Longo prazo	<u>23.359</u>	<u>77.552</u>

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2008, foi provisionado o montante de R\$ 10.035 (R\$ 9.737 em 31 de dezembro de 2007), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de parte de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	2008	2007
Trabalhistas	3.163	2.897
Cíveis	6.872	6.840
	<u>10.035</u>	<u>9.737</u>

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2008

4609

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008, representado por ações sem valor nominal, está composto como segue:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Ordinárias	60.451	20.987
Preferenciais	16.312	5.663
	<u>76.763</u>	<u>26.650</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2008, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

<u>Ano</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
1994	874	-
1996	-	300
1999	8.419	10.401
2000	6.181	5.344
2001	-	1.076
2002	75.482	75.465
2003	52.032	52.032
2004	828	828
2005	10.464	10.463
2006	22.331	22.469
2007	172	43
2008	172	43
	<u>176.955</u>	<u>178.464</u>

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras receitas (despesas) operacionais, líquidas são:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Provisão para contingências	266	(46)
Outras	311	35.975
	<u>577</u>	<u>35.929</u>

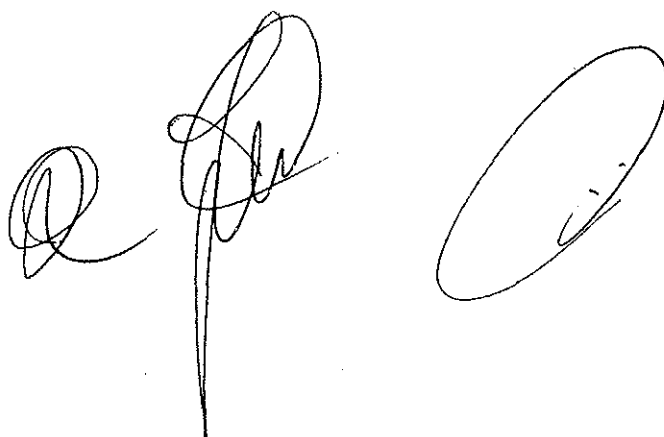
NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2008

46/10

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

ed

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros e correção s/ reestruturação- Recuperação Judicial	(3.086)	(2.527)
Juros, Correção e multa de impostos	(15.703)	(13.176)
Varição Cambial S/ Contas a pagar	-	4
Outras Receitas Financeiras	41	6
Outras	991	590
	<u>(17.757)</u>	<u>(15.103)</u>



4611

Licks Contadores Associados

CNPJ-05.032.015/0001-55

Administrador Judicial

Gustavo Banho Licks

RG-09.327.172-4 IFP/RJ

CPF-035.561.567-33

Gestor Judicial

Jaime Nader Canha

RG-07958627-7 IFP/RJ

CPF-939.544.927-68

Contador

Aldo de Oliveira

CRC-1SP270251

CPF - 007.734.408-10

4612
RJ

Nordeste Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008

Nordeste Linhas Aéreas S/A -- "Em Recuperação Judicial"
 Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
 (Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	564	2.993	Fornecedores	12.690	11.829
Contas a receber	513	608	Financiamentos de obrigações fiscais	91.516	61.618
Empresas relacionadas	-	-	Taxas, impostos e contribuições	923	786
Impostos a recuperar	131	82	Salários e encargos sociais	103	330
Depósitos especiais	810	1.087	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	17.693	15.895
Pagamentos antecipados	3.033	4.320	Arrendamento mercantil a pagar	2.197	202
Outros Créditos	58	54	Empresas relacionadas	27	27
Total do circulante	5.109	9.144	Contas a pagar	6.445	6.123
			Provisões diversas	3.010	2.802
			Provisão para revisão de equipamento de voo	2.495	1.519
			Total do circulante	137.099	101.131
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresas relacionadas	-	-	Empréstimos e financiamentos	109.950	110.240
Depósitos especiais	-	-	Financiamentos de obrigações fiscais	929	23.359
Depósitos judiciais	5.496	4.509	Empresas relacionadas	1.194	1.194
Impostos a recuperar	304	291	Provisão para contingências	10.012	10.035
Investimentos	-	-	Total do não circulante	122.085	144.828
Imobilizado	691	847			
Diferido	2.539	1.069	PASSIVO A DESCOBERTO		
Total do não circulante	9.030	6.716	Capital Social	26.650	26.650
			Lucros (Prejuízos) acumulados	(271.695)	(256.749)
			Total do passivo a descoberto	(245.045)	(230.099)
TOTAL DO ATIVO	14.139	15.860	TOTAL DO PASSIVO	14.139	15.860

46/13

4614
P

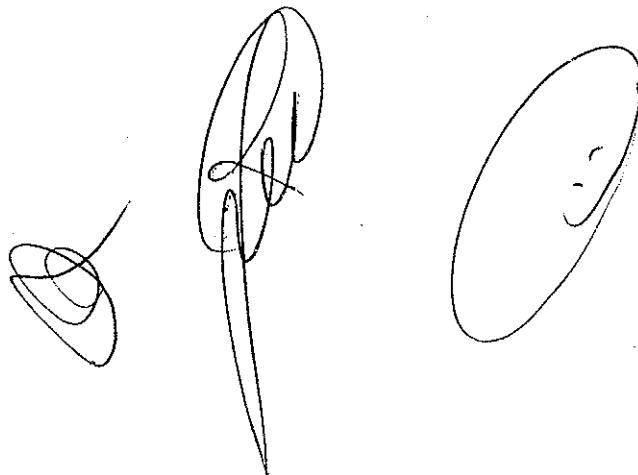
Nordeste Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
Demonstrações do Resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)

RECEITAS OPERACIONAIS	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita bruta de atividades	71	227
Outras receitas das atividades	19.530	15.395
Tributos	<u>(1.034)</u>	<u>(605)</u>
Receita líquida das atividades	18.567	15.017
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custo das atividades	(797)	(934)
Resultado de acordos das atividades		
Outros custos das atividades	<u>(18.636)</u>	<u>(9.015)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO	(866)	5.068
DESPESAS OPERACIONAIS		
Vendas	(1.214)	(5.913)
Despesas administrativas	(3.095)	(1.971)
RESULTADO DAS ATIVIDADES	<u>(5.175)</u>	<u>(2.816)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Receitas financeiras	183	1.041
Despesas financeiras	(10.343)	(11.076)
Variações monetárias de obrigações e créditos	<u>2.673</u>	<u>(7.722)</u>
	(7.487)	(17.757)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC. LIQUIDAS	(2.250)	577
PREJUÍZO LÍQUIDO OPERACIONAL	(14.912)	(19.996)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(34)</u>	<u>-</u>
PREJUÍZO (LUCRO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(14.946)</u>	<u>(19.996)</u>
PREJUÍZO (LUCRO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	<u>(0,19)</u>	<u>(0,26)</u>

24615
④

Nordeste Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
Demonstrações da Mutação do Patrim  nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	26.650	(171.032)	(144.382)
Lucro líquido do exercício	-	2.515	2.515
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	26.650	(168.517)	(141.867)
Prejuízo líquido do exercício	-	(17.746)	(17.746)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	26.650	(186.263)	(159.613)
Prejuízo líquido do exercício	-	(69.380)	(69.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	26.650	(255.643)	(228.993)
Lucro líquido do exercício	-	18.890	18.890
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	26.650	(236.753)	(210.103)
Prejuízo líquido do exercício	-	(19.996)	(19.996)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	26.650	(256.749)	(230.099)
Prejuízo líquido do exercício	-	(14.946)	(14.946)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	26.650	(271.695)	(245.045)



4616
R

Nordeste Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
 (em milhares de reais)

	2009	2008
Atividade operacional		
Prejuízo/lucro do período	(14.946)	(19.996)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação amortização	261	-
Provisão para perdas (PDD)	872	(5.423)
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Aumento de Contas a receber	(95)	607
Aumento de depósitos em garantia	698	2.606
Aumento de empresas relacionadas	-	(3.872)
Impostos a recuperar	49	36
Depósitos especiais	987	539
Diminuição de contas a pagar	322	6.074
Aumento do Imobilizado	(156)	(150)
Arrendamento mercantil	1.995	202
Aumento de pagamentos antecipados	(2.263)	1.468
Aumento de outros créditos	4	1
Diminuição de fornecedores	861	370
Aumento de outros créditos	13	264
Aumento de obrigações trabalhistas	1.571	(241)
Aumento de taxas Impostos e contribuições	121	276
Diminuição de provisão para contingências	(22)	298
Aumento de provisões diversas	1.183	1.721
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(8.545)	(15.220)
Atividades de investimentos:		
Diferido	1.470	1.069
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	1.470	1.069
Atividades de financiamentos:		
Diminuição de empréstimos, financiamentos e debêntures	(291)	9.324
Aumento de financiamento de obrigações fiscais	5.221	51.822
Diminuição de financiamento de obrigações fiscais	(22.430)	(54.193)
Varição Cambial de créditos	22.146	(7.872)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	4.646	(919)
Acréscimo líquido de caixa	2.429	15.070
Disponibilidades no início do exercício	2.993	18.063
Disponibilidades no final do exercício	564	2.993

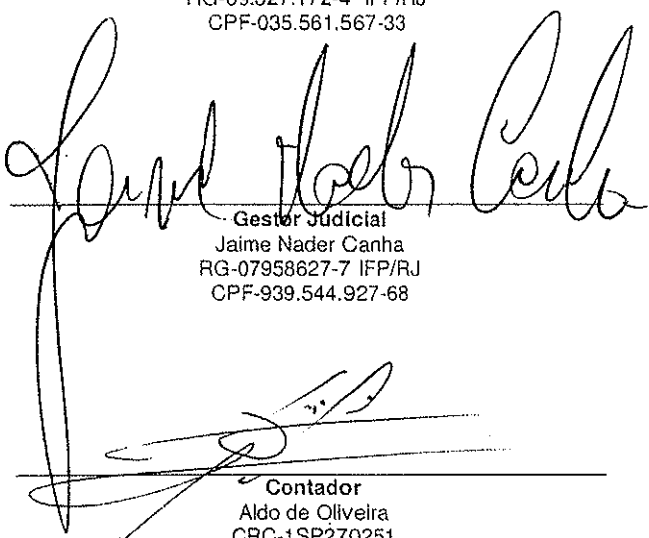
4614




Nordeste Linhas Aéreas S/A - "Em Recuperação Judicial"



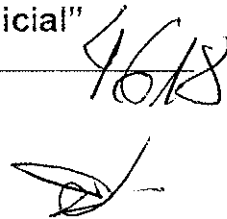
Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

4618


1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

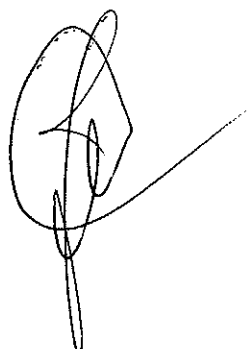
Itens sujeitos à variação monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

g) Investimentos

Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de depreciação e provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.

  1

4619
2

h) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

j) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

k) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

m) Prejuízo por ação

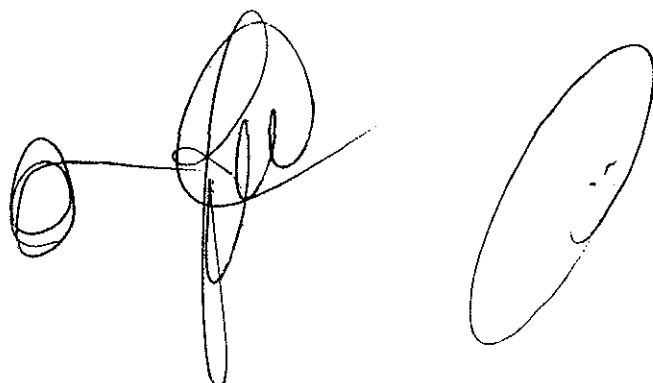
Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações contábeis e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

o) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.



NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

4620

3. DISPONIBILIDADES

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Caixa e bancos	550	51
Aplicações Financeiras	14	2.942
	<u>564</u>	<u>2.993</u>

4. CONTAS A RECEBER

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
No país	6.773	6.863
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.260)	(6.255)
	<u>513</u>	<u>608</u>

Para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou o grau de risco de realização dos créditos com cada cliente cuja composição estava disponível, provisionando todos os títulos vencidos há mais de 90 dias.

5. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Salário Maternidade	39	39
Outros Créditos	19	15
	<u>58</u>	<u>54</u>

6. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Prêmio de seguros	508	493
Adiantamento a prestadores de serviços	8	7
Provisão para reserva de manutenção	2.495	1.519
Outros	22	2.301
	<u>3.033</u>	<u>4.320</u>

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	CIRCULANTE				LONGO PRAZO			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
SATA – Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	-	-	27	27	-	-	-	-
S.A. Viação Aérea Rio Grandense – “ Em Recuperação Judicial”	-	-	-	-	-	-	1.194	1.194
	-	-	27	27	-	-	1.194	1.194

Os ativos e passivos de curto e longo prazo, junto às coligadas S.A. Viação Aérea Rio-Grandense – “Em Recuperação S.A.” e Rio Sul Linhas Aéreas S.A. - “Em Recuperação Judicial” referem-se, sobretudo, à conta corrente sem remuneração.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	2009		2008	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em aeronaves terceiros		302	167	135	234
Equipamento terrestre próprio		275	49	226	259
Veículos	20	36	36	-	-
Imóveis	4 a 11	2.601	2.277	324	324
		3.214	2.529	685	817
Outros	-	6	-	6	30
		3.220	2.529	691	847

4622
/

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2009		2008	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Classe I				
Funcionários	-	5.244	5.244	5.156
Classe II				
Debis	-	3.304	3.304	3.304
Ansett	-	7	7	7
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	1.152	1.152	1.848
Classe III				
Aeroturbine	-	29.272	29.272	29.272
VEM – Varig Engenharia e Manutenção S.A.	-	2.318	2.318	2.318
Fokker Services	-	548	548	548
Shell Brasil S.A.	-	268	268	268
INFRAERO	-	51	51	51
Consultax	-	40	40	40
Bahia Catering Ltda	-	23	23	23
Comissária Aérea Rio de Janeiro	-	23	23	23
Valor Econômico S.A.	-	21	21	21
S.A. O Estado de São Paulo	-	19	19	19
Belo Horizonte Olhion Palace	-	18	18	18
Editora Jornal do Comércio Ltda	-	18	18	18
Policromo Indústria Gráfica Ltda	-	18	18	18
Correção Monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	19.768	19.768	19.450
Outros empréstimos e financiamentos	-	47.838	47.838	47.838
	-	109.950	109.950	110.240

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial estão condicionados ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas.

4623

10. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2009	2008
Taxas e contribuições por conta de terceiros em atraso	507	476
Taxas e contribuições por conta de terceiros	70	252
Cofins, PIS, ISS e ICMS	346	58
	<u>923</u>	<u>786</u>

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2009	2008
Salários a pagar		
Previdência social	16	147
FGTS	45	141
Contribuições ao Instituto Aerus de Seguridade social	42	42
	<u>103</u>	<u>330</u>

12. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

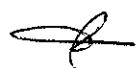
	2009	2008
FNDE – Salário Educação	1.137	1.074
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	16.172	14.815
Previdência social	384	6
	<u>17.693</u>	<u>15.895</u>

13. CONTAS A PAGAR

A composição dos saldos de contas a pagar é a seguinte:

	2009	2008
Seguros a pagar	559	207
Outros	5.886	5.916
	<u>6.445</u>	<u>6.123</u>

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

4624


14. PROVISÕES DIVERSAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	2009	2008
Férias, 13º e encargos	3.010	2.802
	<u>3.010</u>	<u>2.802</u>

15. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

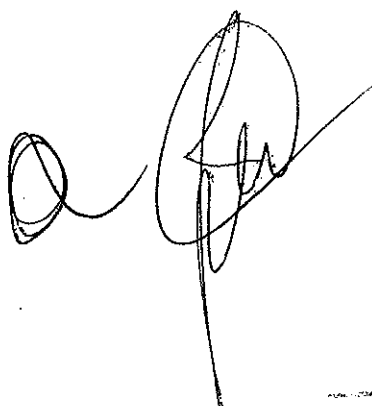
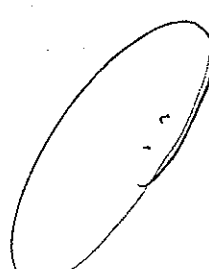
	2009	2008
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	24.308	23.869
PAEX – Parcelamento PIS/COFINS	67.406	60.412
FNDE - Parcelamento Salário Educação	731	696
	<u>92.445</u>	<u>84.977</u>
Menos- parcelas de curto prazo	91.516	61.618
Exigível a Longo prazo	<u>929</u>	<u>23.359</u>

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2009, foi provisionado o montante de R\$ 10.012 (R\$ 10.035 em 31 de dezembro de 2008), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de parte de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

<u>Natureza</u>	2009	2008
Trabalhistas	3.163	3.163
Cíveis	6.849	6.872
	<u>10.012</u>	<u>10.035</u>

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

4625
#

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009, representado por ações sem valor nominal, está composto como segue:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Ordinárias	60.451	20.987
Preferenciais	16.312	5.663
	<u>76.763</u>	<u>26.650</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

<u>Ano</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
1994	874	-
1996	-	300
1999	8.419	10.401
2000	6.181	5.344
2001	-	1.076
2002	75.482	75.465
2003	52.032	52.032
2004	828	828
2005	10.464	10.463
2006	22.331	22.469
2007	172	43
2008	172	43
2009	15.979	470
	<u>192.934</u>	<u>178.934</u>

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras receitas (despesas) operacionais, líquidas são:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Provisão para contingências	-	266
Outras	(2.250)	311
	<u>(2.250)</u>	<u>577</u>

4626

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

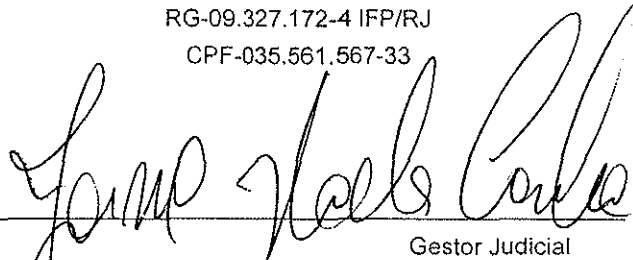
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros e correção s/ reestruturação- Recuperação Judicial	(611)	(3.086)
Juros, Correção e multa de impostos	(7.148)	(15.703)
Outras Receitas Financeiras	77	41
Outras	195	991
	<u>(7.487)</u>	<u>(17.757)</u>

4624

P.

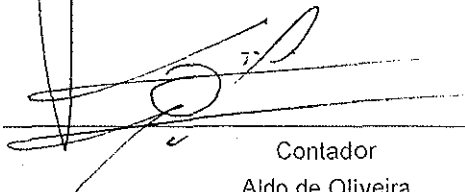


Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial

Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

3628
d

Nordeste Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”

*Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos
em 30 de Junho de 2010 e de 31 de Dezembro de 2009*

Nordeste Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Balanços Patrimoniais Levantados em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009
 (Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	66	564	Fornecedores	12.317	12.690
Contas a receber	421	513	Financiamentos de obrigações fiscais	94.627	91.516
Empresas relacionadas	-	-	Taxas, impostos e contribuições	1.067	923
Impostos a recuperar	-	131	Salários e encargos sociais	97	103
Depósitos especiais	837	810	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	18.782	17.693
Pagamentos antecipados	2.767	3.033	Arrendamento mercantil a pagar	3.217	2.197
Outros Créditos	1	58	Empresas relacionadas	27	27
Total do circulante	4.092	5.109	Contas a pagar	356	6.445
			Provisões diversas	3.179	3.010
			Provisão para revisão de equipamento de voo	2.704	2.495
			Total do circulante	136.373	137.099
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresas relacionadas	-	-	Empréstimos e financiamentos	111.297	109.950
Depósitos especiais	-	-	Financiamentos de obrigações fiscais	652	929
Depósitos judiciais	5.600	5.496	Empresas relacionadas	1.194	1.194
Impostos a recuperar	-	304	Provisão para contingências	10.012	10.012
Investimentos	-	-	Total do não circulante	123.155	122.085
Imobilizado	287	691			
Diferido	2.108	2.539	PASSIVO A DESCOBERTO		
Total do não circulante	7.995	9.030	Capital Social	26.650	26.650
			Lucros (Prejuízos) acumulados	(274.091)	(271.695)
			Total do passivo a descoberto	(247.441)	(245.045)
TOTAL DO ATIVO	12.087	14.139	TOTAL DO PASSIVO	12.087	14.139

2

6/29

4630

Nordeste Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Demonstrações do Resultado para os
 exercícios findos em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009
 (Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)

RECEITAS OPERACIONAIS	Jun/10	Dez/09
Receita bruta de atividades	-	71
Outras receitas das atividades	3.257	19.530
Tributos	(233)	(1.034)
Receita líquida das atividades	<u>3.024</u>	<u>18.567</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custo das atividades	(40)	(797)
Resultado de acordos das atividades		
Outros custos das atividades	<u>(3.686)</u>	<u>(18.636)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO	(702)	(866)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Vendas	1.228	(1.214)
Despesas administrativas	(110)	(3.095)
RESULTADO DAS ATIVIDADES	<u>416</u>	<u>(5.175)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Receitas financeiras	164	183
Despesas financeiras	(4.850)	(10.343)
Variações monetárias de obrigações e créditos	<u>(4.606)</u>	<u>2.673</u>
	(9.292)	(7.487)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC. LIQUIDAS	6.486	(2.250)
PREJUÍZO LÍQUIDO OPERACIONAL	(2.390)	(14.912)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(6)</u>	<u>(34)</u>
PREJUÍZO (LUCRO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(2.396)</u>	<u>(14.946)</u>
PREJUÍZO (LUCRO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	<u>(0,03)</u>	<u>(0,19)</u>

4631

Nordeste Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
exercícios findos em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009
(Em milhares de reais)


	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	26.650	(171.032)	(144.382)
Lucro líquido do exercício	-	2.515	2.515
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	26.650	(168.517)	(141.867)
Prejuízo líquido do exercício	-	(17.746)	(17.746)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	26.650	(186.263)	(159.613)
Prejuízo líquido do exercício	-	(69.380)	(69.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	26.650	(255.643)	(228.993)
Lucro líquido do exercício	-	18.890	18.890
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	26.650	(236.753)	(210.103)
Prejuízo líquido do exercício	-	(19.996)	(19.996)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	26.650	(256.749)	(230.099)
Prejuízo líquido do exercício	-	(14.946)	(14.946)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	26.650	(271.695)	(245.045)
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.396)	(2.396)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	<u>26.650</u>	<u>(274.091)</u>	<u>(247.441)</u>

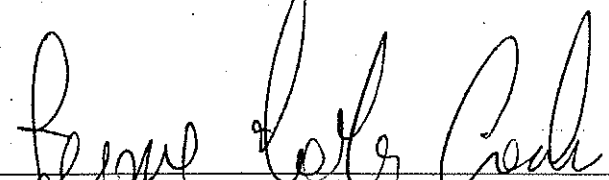
4632

Nordeste Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009
(em milhares de reais)

	Jun/10	Dez/09
Atividade operacional		
Prejuízo/lucro do período	(2.396)	(14.946)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação amortização	-	261
Provisão para perdas	-	872
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(93)	(95)
Depósitos em garantia	237	698
Impostos a recuperar	(131)	49
Depósitos especiais	104	987
Contas a pagar	(6.089)	322
Imobilizado	(404)	(156)
Arrendamento mercantil	1.020	1.995
Pagamentos antecipados	(474)	(2.263)
Outros créditos	(57)	4
Fornecedores	(373)	861
Outros créditos	(304)	13
Obrigações trabalhistas	1.083	1.571
Taxas impostos e contribuições	168	121
Provisão para contingências	-	(22)
Provisões diversas	378	1.183
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(7.331)</u>	<u>(8.545)</u>
Atividades de investimentos:		
Diferido	(431)	1.470
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>(431)</u>	<u>1.470</u>
Atividades de financiamentos:		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.347	(291)
Financiamento de obrigações fiscais	2.133	5.221
Financiamento de obrigações fiscais	(277)	(22.430)
Varição Cambial de créditos	4.061	22.146
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>7.264</u>	<u>4.646</u>
Acréscimo líquido de caixa	498	2.429
Disponibilidades no início do exercício	564	2.993
Disponibilidades no final do exercício	<u>66</u>	<u>564</u>

9633
2


Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.861.567-33


Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68


Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

4634

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

c) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

d) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos à variação monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

e) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

f) Investimentos

Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de depreciação e provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.

g) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados

4635



NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

h) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

j) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

l) Prejuízo por ação

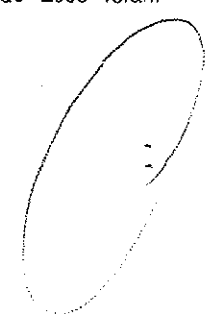
Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações contábeis e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

o) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.



4136



NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
 NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

3. DISPONIBILIDADES

	Jun/10	Dez/09
Caixa e bancos	66	550
Aplicações Financeiras	-	14
	<u>66</u>	<u>564</u>

4. CONTAS A RECEBER

	Jun/10	Dez/09
No país	6.722	6.773
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.302)	(6.260)
	<u>420</u>	<u>513</u>

Para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou o grau de risco de realização dos créditos com cada cliente cuja composição estava disponível, provisionando todos os títulos vencidos há mais de 90 dias.

5. OUTROS CRÉDITOS

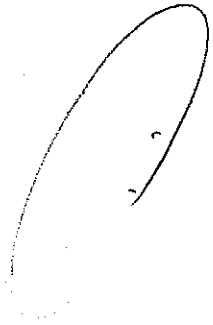
	Jun/10	Dez/09
Salário Maternidade	-	39
Outros Créditos	1	19
	<u>1</u>	<u>58</u>

6. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	Jun/10	Dez/09
Prêmio de seguros	10	508
Adiantamento a prestadores de serviços	1	8
Provisão para reserva de manutenção	2.704	2.495
Outros	53	22
	<u>2.768</u>	<u>3.033</u>







4634

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
 NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

(Handwritten signature)

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	CIRCULANTE				LONGO PRAZO			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	Jun/10	Dez/09	Jun/10	Dez/09	Jun/10	Dez/09	Jun/10	Dez/09
SATA – Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.	-	-	27	27	-	-	-	-
S.A. Viação Aérea Rio Grandense – “Em Recuperação Judicial”	-	-	-	-	-	-	1.194	1.194
	-	-	27	27	-	-	1.194	1.194

Os ativos e passivos de curto e longo prazo, junto às coligadas S.A. Viação Aérea Rio-Grandense – “Em Recuperação S.A.” e Rio Sul Linhas Aéreas S.A. - “Em Recuperação Judicial” referem-se, sobretudo, à conta corrente sem remuneração.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Jun/10		Dez/09	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em aeronaves terceiros		302	218	84	135
Equipamento terrestre próprio		275	72	203	226
Veículos	20	36	36	-	-
Imóveis	4 a 11	2.601	2.601	-	324
		3.214	2.927	287	685
Outros		-	-	-	6
		3.214	2.927	287	691

(Handwritten mark)

(Handwritten signature)

(Handwritten mark)

4658

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Jun/10		Dez/09
	Curto prazo	Longo prazo	Total
Classe I			
Funcionários	-	5.599	5.599
			5.244
Classe II			
Debis	-	3.304	3.304
Ansett	-	7	7
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	1.490	1.490
			1.152
Classe III			
Aeroturbine	-	29.120	29.120
VEM – Varig Engenharia e Manutenção S.A.	-	2.318	2.318
Fokker Services	-	548	548
Shell Brasil S.A.	-	268	268
INFRAERO	-	51	51
Consultax	-	40	40
Bahia Catering Ltda	-	23	23
Comissária Aérea Rio de Janeiro	-	23	23
Valor Econômico S.A.	-	21	21
S.A. O Estado de São Paulo	-	19	19
Belo Horizonte Othon Palace	-	18	18
Editora Jornal do Comércio Ltda	-	18	18
Policromo Indústria Gráfica Ltda	-	18	18
Correção Monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	20.307	20.307
Outros empréstimos e financiamentos	-	48.104	48.104
			19.768
			47.838
			111.296
			111.296
			109.950

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial estão condicionados ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas.

4639

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

10. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	Jun/10	Dez/09
Taxas e contribuições por conta de terceiros em atraso	520	507
Taxas e contribuições por conta de terceiros	57	70
Cofins, PIS, ISS e ICMS	490	346
	<u>1.067</u>	<u>923</u>

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Jun/10	Dez/09
Salários a pagar	83	
Previdência social	8	16
FGTS	6	45
Contribuições ao Instituto Aerus de Seguridade social		42
	<u>97</u>	<u>103</u>

12. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	Jun/10	Dez/09
FNDE – Salário Educação	1.162	1.137
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	16.770	16.172
Previdência social	849	384
	<u>18.781</u>	<u>17.693</u>

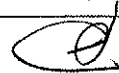
13. CONTAS A PAGAR

A composição dos saldos de contas a pagar é a seguinte:

	Jun/10	Dez/09
Seguros a pagar	328	559
Outros	27	5.886
	<u>355</u>	<u>6.445</u>

4640

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010



14. PROVISÕES DIVERSAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
Férias, 13ª e encargos	3.179	3.010
	<u>3.179</u>	<u>3.010</u>

15. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

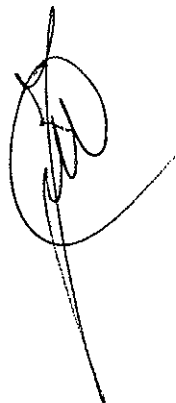
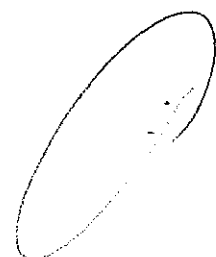
	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	25.085	24.308
PAEX – Parcelamento PIS/COFINS	69.448	67.406
FNDE - Parcelamento Salário Educação	745	731
	<u>95.278</u>	<u>92.445</u>
Menos- parcelas de curto prazo	94.627	91.516
Exigível a Longo prazo	651	929

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2009, foi provisionado o montante de R\$ 10.012 (R\$ 10.035 em 31 de dezembro de 2008), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de parte de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

<u>Natureza</u>	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
Trabalhistas	3.163	3.163
Cíveis	6.849	6.849
	<u>10.012</u>	<u>10.012</u>

4641

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009, representado por ações sem valor nominal, está composto como segue:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Ordinárias	60.451	20.987
Preferenciais	16.312	5.663
	<u>76.763</u>	<u>26.650</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

<u>Ano</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
1994	874	-
1996	-	300
1999	8.419	10.401
2000	6.181	5.344
2001	-	1.076
2002	75.482	75.465
2003	52.032	52.032
2004	828	828
2005	10.464	10.463
2006	22.331	22.469
2007	172	43
2008	172	43
2009	15.979	470
2010	8.750	8.750
	<u>201.684</u>	<u>187.684</u>

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras receitas (despesas) operacionais, líquidas são:

	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
Provisão para contingências	-	-
Outras	6.486	(2.250)
	<u>6.486</u>	<u>(2.250)</u>

4642

NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

[Handwritten mark]

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
Juros e correção s/ reestruturação- Recuperação Judicial	(903)	(611)
Juros, Correção e multa de Impostos	(8.515)	(7.148)
Outras Receitas Financeiras	16	77
Outras	109	195
	<u>(9.293)</u>	<u>(7.487)</u>


[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

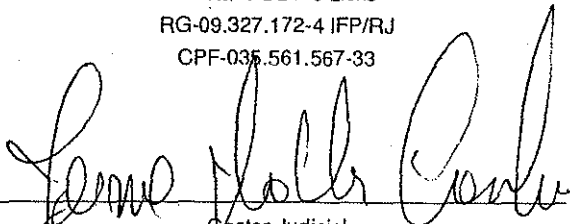
[Handwritten signature]

4643

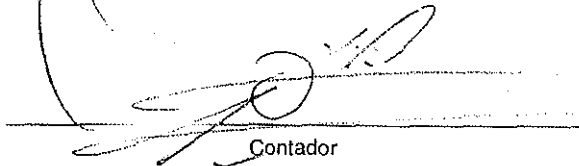
NORDESTE LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010



Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

24644



Nordeste Linhas Aéreas S.A. "FALIDO"

*Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009*

Nordeste Linhas Aéreas S.A. "FALIDO"
 Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 (Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	575	564	Fornecedores	12.579	12.690
Contas a receber	422	513	Financiamentos de obrigações fiscais	98.312	91.516
Empresas relacionadas	-	-	Taxas, impostos e contribuições	2.547	923
Impostos a recuperar	-	131	Salários e encargos sociais	136	103
Depósitos especiais	775	810	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	18.918	17.693
Pagamentos antecipados	2.529	3.033	Arrendamento mercantil a pagar	2.974	2.197
Outros Créditos	-	58	Empresas relacionadas	27	27
Total do circulante	<u>4.301</u>	<u>5.109</u>	Contas a pagar	345	6.445
			Provisões diversas	3.281	3.010
			Provisão para revisão de equipamento de voo	2.501	2.495
			Total do circulante	<u>141.620</u>	<u>137.099</u>
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresas relacionadas	-	-	Empréstimos e financiamentos	110.730	109.950
Depósitos especiais	-	-	Financiamentos de obrigações fiscais	605	929
Depósitos judiciais	5.333	5.496	Empresas relacionadas	1.194	1.194
Impostos a recuperar	-	304	Provisão para contingências	10.012	10.012
Investimentos	-	-	Total do não circulante	<u>122.541</u>	<u>122.085</u>
Imobilizado	219	691			
Diferido	1.745	2.539	PASSIVO A DESCOBERTO		
Total do não circulante	<u>7.297</u>	<u>9.030</u>	Capital Social	26.650	26.650
			Lucros (Prejuízos) acumulados	<u>(279.213)</u>	<u>(271.695)</u>
			Total do passivo a descoberto	<u>(252.563)</u>	<u>(245.045)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>11.598</u>	<u>14.139</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>11.598</u>	<u>14.139</u>

2

 4695

Nordeste Linhas Aéreas S.A. "FALIDO"
 Demonstrações do Resultado para os
 exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 (Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)

4646



RECEITAS OPERACIONAIS	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita bruta de atividades	-	71
Outras receitas das atividades	5.515	19.530
Tributos	<u>(477)</u>	<u>(1.034)</u>
Receita líquida das atividades	5.038	18.567
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custo das atividades	(40)	(797)
Resultado de acordos das atividades		
Outros custos das atividades	<u>(6.492)</u>	<u>(18.636)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO	(1.494)	(866)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Vendas	2.896	(1.214)
Despesas administrativas	<u>(110)</u>	<u>(3.095)</u>
RESULTADO DAS ATIVIDADES	<u>1.292</u>	<u>(5.175)</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Receitas financeiras	208	183
Despesas financeiras	(9.447)	(10.343)
Variações monetárias de obrigações e créditos	<u>(3.681)</u>	<u>2.673</u>
	(12.920)	(7.487)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC. LIQUIDAS	4.117	(2.250)
PREJUÍZO LÍQUIDO OPERACIONAL	(7.511)	(14.912)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(7)</u>	<u>(34)</u>
PREJUÍZO (LUCRO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(7.518)</u>	<u>(14.946)</u>
PREJUÍZO (LUCRO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	<u>(0,10)</u>	<u>(0,19)</u>





4647

Nordeste Linhas Aéreas S.A. "FALIDO"
Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Em milhares de reais)


	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	26.650	(171.032)	(144.382)
Lucro líquido do exercício	-	2.515	2.515
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	26.650	(168.517)	(141.867)
Prejuízo líquido do exercício	-	(17.746)	(17.746)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	26.650	(186.263)	(159.613)
Prejuízo líquido do exercício	-	(69.380)	(69.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	26.650	(255.643)	(228.993)
Lucro líquido do exercício	-	18.890	18.890
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	26.650	(236.753)	(210.103)
Prejuízo líquido do exercício	-	(19.996)	(19.996)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	26.650	(256.749)	(230.099)
Prejuízo líquido do exercício	-	(14.946)	(14.946)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	26.650	(271.695)	(245.045)
Prejuízo líquido do exercício	-	(7.518)	(7.518)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	<u>26.650</u>	<u>(279.213)</u>	<u>(252.563)</u>

16/8
P

Nordeste Linhas Aéreas S.A. "FALIDO"
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 (em milhares de reais)

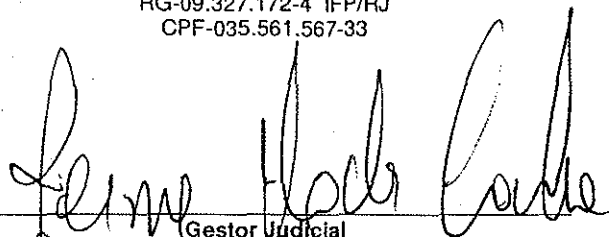
	2010	2009
Atividade operacional		
Prejuízo/lucro do período	(7.518)	(14.946)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	261
Provisão para perdas	-	872
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(91)	(95)
Depósitos judiciais	(163)	698
Impostos a recuperar realizável a longo prazo	(304)	-
Taxas Impostos e contribuições	1.624	-
Impostos a recuperar circulante	(131)	49
Depósitos especiais	(35)	987
Contas a pagar	(6.100)	322
Imobilizado	(472)	(156)
Arrendamento mercantil	777	1.995
Pagamentos antecipados	(504)	(2.263)
Outros créditos	(58)	4
Fornecedores	(111)	861
Provisão para revisão de equipamento de voo	6	-
Aumento de outros créditos	-	13
Verbas Rescisórias e encargos sociais em atraso	1.225	-
Obrigações trabalhistas	-	1.571
Taxas Impostos e contribuições	-	121
Salários e Obrigações sociais	33	(22)
Provisões diversas	271	1.183
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(11.551)</u>	<u>(8.545)</u>
Atividades de investimentos:		
Diferido	(794)	1.470
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>(794)</u>	<u>1.470</u>
Atividades de financiamentos:		
Financiamentos de obrigações fiscais	6.796	(291)
Financiamento de obrigações fiscais	(324)	5.221
Empréstimos e Financiamentos	780	(22.430)
Variação Cambial de créditos/e itens que não afetam o capital circulante	5.082	22.146
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>12.334</u>	<u>4.646</u>
Acréscimo líquido de caixa	11	(2.429)
Disponibilidades no início do exercício	564	2.993
Disponibilidades no final do exercício	<u>575</u>	<u>564</u>

NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"

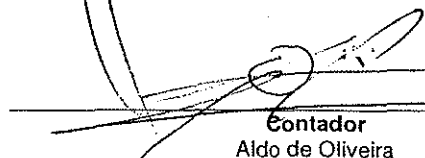
4649




Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

4650



NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

c) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. Entretanto, devido a lei de falência nº. 11.101 de 09/02/2005, os valores relativos a essas transações, constantes do QGC (Quadro Geral de Credores) foram corrigidos até 20/08/2010, data da decretação da falência.

d) São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos à variação monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

g) Investimentos

Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de depreciação e provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.



1



4651
d

NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

h) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

j) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

k) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

m) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

n) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações contábeis e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

o) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

2

4652


NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

3. DISPONIBILIDADES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e bancos	575	550
Aplicações Financeiras	-	14
	<u>575</u>	<u>564</u>

4. CONTAS A RECEBER

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
No país	6.750	6.773
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.328)	(6.260)
	<u>422</u>	<u>513</u>

Para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou o grau de risco de realização dos créditos com cada cliente cuja composição estava disponível, provisionando todos os títulos vencidos há mais de 90 dias.

5. OUTROS CRÉDITOS

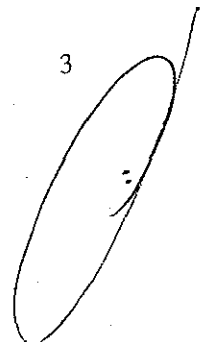
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salário Maternidade	-	39
Outros Créditos	-	19
	<u>-</u>	<u>58</u>

6. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Prêmio de seguros	15	508
Adiantamento a prestadores de serviços	-	8
Provisão para reserva de manutenção	2.501	2.495
Outros	13	22
	<u>2.529</u>	<u>3.033</u>



3



4653

NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	CIRCULANTE				LONGO PRAZO			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
SATA – Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.	-	-	27	27	-	-	-	-
S.A. Viação Aérea Rio Grandense – "Em Recuperação Judicial"	-	-	-	-	-	-	1.194	1.194
	-	-	27	27	-	-	1.194	1.194

Os ativos e passivos de curto e longo prazo, junto às coligadas S.A. Viação Aérea Rio-Grandense – "Em Recuperação S.A." e Rio Sul Linhas Aéreas S.A. - "Em Recuperação Judicial" referem-se, sobretudo, à conta corrente sem remuneração.

8. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	2010		2009	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em aeronaves terceiros		302	268	34	135
Equipamento terrestre próprio		281	96	185	226
Veículos	20	36	36	-	-
Imóveis	4 a 11	2.601	2.601	-	324
		3.220	3.001	219	685
Outros		-	-	-	6
		3.220	3.001	219	691

4

4654



NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2010		2009	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Classe I				
Funcionários	-	5.560	5.560	5.244
Classe II				
Debis	-	3.304	3.304	3.304
Ansett	-	7	7	7
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	1.470	1.470	1.152
Classe III				
Aeroturbine	-	29.120	29.120	29.272
VEM – Varig Engenharia e Manutenção S.A.	-	2.318	2.318	2.318
Fokker Services	-	548	548	548
Shell Brasil S.A.	-	268	268	268
INFRAERO	-	51	51	51
Consultax	-	40	40	40
Bahia Catering Ltda	-	23	23	23
Comissária Aérea Rio de Janeiro	-	23	23	23
Valor Econômico S.A.	-	21	21	21
S.A. O Estado de São Paulo	-	19	19	19
Belo Horizonte Othon Palace	-	18	18	18
Editora Jornal do Comércio Ltda	-	18	18	18
Policromo Indústria Gráfica Ltda	-	18	18	18
Correção Monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	19.799	19.799	19.768
Outros empréstimos e financiamentos	-	48.105	48.105	47.838
	-	110.730	110.730	109.950

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial estão condicionados ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas.





5 

4655

Q

NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

10. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2010	2009
Taxas e contribuições por conta de terceiros em atraso	525	507
Taxas e contribuições por conta de terceiros	41	70
Cofins, PIS, ISS e ICMS	1.981	346
	<u>2.547</u>	<u>923</u>

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2010	2009
Salários a pagar	66	
Previdência social	60	16
FGTS	10	45
Contribuições ao Instituto Aerus de Seguridade social	-	42
	<u>136</u>	<u>103</u>

12. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	2010	2009
FNDE – Salário Educação	1.170	1.137
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	16.769	16.172
Previdência social	979	384
	<u>18.918</u>	<u>17.693</u>

13. CONTAS A PAGAR

A composição dos saldos de contas a pagar é a seguinte:

	2010	2009
Seguros a pagar	330	559
Outros	15	5.886
	<u>345</u>	<u>6.445</u>

4656

NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

14. PROVISÕES DIVERSAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	2010	2009
Férias, 13º e encargos	3.281	3.010
	<u>3.281</u>	<u>3.010</u>

15. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	2010	2009
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	25.344	24.308
PAEX – Parcelamento PIS/COFINS	72.823	67.406
FNDE - Parcelamento Salário Educação	749	731
	<u>98.916</u>	<u>92.445</u>
Menos- parcelas de curto prazo	98.311	91.516
Exigível a Longo prazo	<u>605</u>	<u>929</u>

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2009, foi provisionado o montante de R\$ 10.012 (R\$ 10.035 em 31 de dezembro de 2008), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de parte de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

<u>Natureza</u>	2010	2009
Trabalhistas	3.163	3.163
Cíveis	6.849	6.849
	<u>10.012</u>	<u>10.012</u>

7

4654
J

NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009, representado por ações sem valor nominal, está composto como segue:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Ordinárias	60.451	20.987
Preferenciais	16.312	5.663
	<u>76.763</u>	<u>26.650</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

<u>Ano</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
1994	874	-
1996	-	300
1999	8.419	10.401
2000	6.181	5.344
2001	-	1.076
2002	75.482	75.465
2003	52.032	52.032
2004	828	828
2005	10.464	10.463
2006	22.331	22.469
2007	172	43
2008	172	43
2009	15.979	470
2010	8.750	8.750
	<u>201.684</u>	<u>187.684</u>

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras receitas (despesas) operacionais, líquidas são:

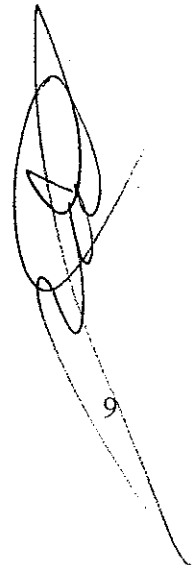
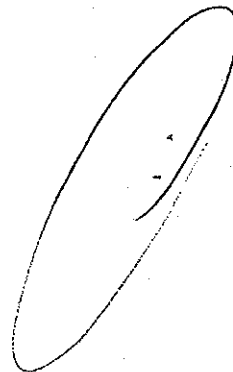
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisão para contingências	-	-
Outras	4.117	(2.250)
	<u>4.117</u>	<u>(2.250)</u>

4658
✍

NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros e correção s/ reestruturação- Recuperação Judicial	(277)	(611)
Juros, Correção e multa de Impostos	(12.999)	(7.148)
Outras Receitas Financeiras	42	77
Outras	314	195
	<u>(12.920)</u>	<u>(7.487)</u>



9

NORDESTE LINHAS AÉREAS S.A. "FALIDO"

NOTAS EXPLICATIVAS - 31 de Dezembro de 2010

4659



Licks Contadores Associados

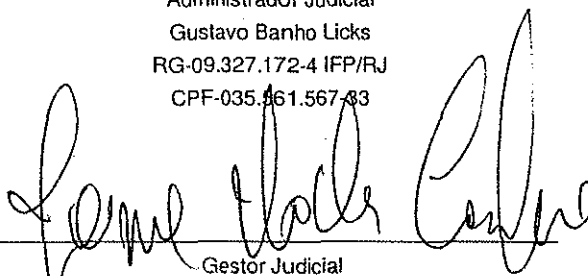
CNPJ-05.032.015/0001-55

Administrador Judicial

Gustavo Banho Licks

RG-09.327.172-4 IFP/RJ

CPF-035.461.567-83

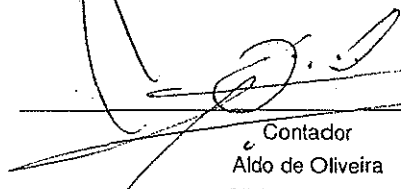


Gestor Judicial

Jaime Nader Canha

RG-07958627-7 IFP/RJ

CPF-939.544.927-68



Contador

Aldo de Oliveira

CRC-1SP270251

CPF - 007.734.408-10

4660
J

Demonstrações Contábeis

Rio Sul Linhas Aéreas S/A
“Em Recuperação
Judicial”

4661
J

Rio Sul Linhas Aéreas S/A - "Em Recuperação Judicial"
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
 (Em milhares de reais)

ATIVO	2006	2005	PASSIVO	2006	2005
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	109	823	Fornecedores	34.222	2.788
Contas a receber	21	33	Empréstimos e financiamentos	-	979
Empresas relacionadas	-	21.331	Financiamentos de obrigações fiscais	200.284	11.168
Depósitos especiais	-	15.187	Taxas, impostos e contribuições	26.746	25.981
Impostos a recuperar	-	7.753	Taxas, impostos e contribuições em atraso	-	-
Estoques	-	-	Salários e encargos sociais	-	60.515
Pagamentos antecipados	-	4.505	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	84.087	-
Outros créditos	-	164	Arrendamento mercantil a pagar	-	1.573
Total do circulante	<u>130</u>	<u>49.796</u>	Empresas relacionadas	47.467	31.988
			Dividendos a pagar	-	4.421
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Contas a pagar	-	4.348
Empresas relacionadas	-	259.461	Provisão para rev. são de equipamento de vôo	-	90.210
Depósitos especiais	-	2.881	Provisões diversas	-	7.818
Depósitos judiciais	4.219	4.286	Total do circulante	<u>392.806</u>	<u>241.789</u>
Impostos a recuperar	-	7.122			
Total do realizável a longo prazo	<u>4.219</u>	<u>273.750</u>	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
			Empréstimos e financiamentos	313.801	290.985
PERMANENTE			Financiamentos de obrigações fiscais	-	133.080
Investimentos	-	6	Empresas relacionadas	3.829	17.333
Imobilizado	889	5.292	Provisão para contingências	37.089	31.723
Diferido	-	-	Total do exigível a longo prazo	<u>354.719</u>	<u>473.121</u>
Total do permanente	<u>889</u>	<u>5.298</u>	PASSIVO A DESCOBERTO		
			Capital Social	93.000	99.000
TOTAL DO ATIVO	<u>5.238</u>	<u>328.844</u>	Lucros (Prejuízos) acumulados	(841.287)	(485.066)
			Total do passivo a descoberto	<u>(742.287)</u>	<u>(386.066)</u>
			TOTAL DO PASSIVO	<u>5.238</u>	<u>328.844</u>

4662
 2

4663

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
Demonstrações do Resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)

	2006	2005
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receita de voo	9.719	52.385
Resultado de acordos operacionais	(34.939)	9.201
Outras receitas operacionais	47	1.075
Impostos sobre receita	(316)	(2.051)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(25.489)	60.610
CUSTO DE VÔO	(16.941)	(54.886)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	(42.430)	5.724
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	(1.590)	(8.458)
Despesas administrativas	(414)	(2.258)
RESULTADO DA ATIVIDADE	(44.434)	(4.992)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		
Receitas financeiras	133	1.692
Despesas financeiras	(37.572)	(39.171)
Variações monetárias de obrigações e créditos	21.677	41.726
	(15.762)	4.247
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	(293.856)	(35.149)
RESULTADO OPERACIONAL	(354.052)	(35.894)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(2.169)	(11.600)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(356.221)	(47.494)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	(2,28)	(0,38)

3

4665
d

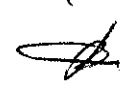
Rio Sul Linhas aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de reavalia�o</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	99.000	-	-	(372.742)	(273.742)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(64.830)	(64.830)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	99.000	-	-	(437.572)	(338.572)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(47.494)	(47.494)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	99.000	-	-	(485.066)	(386.066)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(356.221)	(356.221)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	<u>99.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(841.287)</u>	<u>(742.287)</u>

d



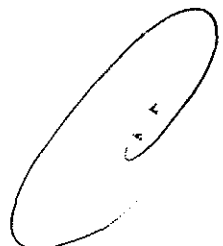
RS

RS

2665


Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
 Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos para os
 exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
 (em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2006	2005
ORIGENS DE RECURSOS		
Das Operações		
Lucro do Período		
Depreciação	-	477
Variação cambial	-	140
Redução do realizável a longo prazo:	269.531	2.223
Empresas relacionadas	259.461	-
Depósitos em garantia	2.881	-
Depósitos judiciais	67	-
Impostos a recuperar	7.122	-
Redução do permanente:	4.408	23.446
Imobilizado	4.402	-
Investimentos	6	-
Transferência do curto prazo para o exigível longo prazo	-	107.997
Aumento do Exigível:	28.182	35.382
Empréstimos e financiamentos	22.816	-
Provisão para contingências	5.366	11.640
Total das Origens	302.121	181.305
Aplicações		
Acréscimo Ativo Permanente		
Prejuízo do exercício	356.221	47.494
Aumento Realizável	-	10.321
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	-	10.757
Diminuição Exigível:	146.583	-
Financiamento de obrigações fiscais	133.080	-
Empresas relacionadas	13.503	-
Variação do capital circulante	(200.683)	112.733
Total aplicações	302.121	181.305
Capital Circulante		
Ativo		
No Final do Período	130	49.796
No Início do Período	49.796	41.236
	(49.666)	8.560
Passivo Circulante		
No Final do Período	392.806	241.789
No Início do Período	241.789	345.962
	151.017	(104.173)

5

4666

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"

Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33

Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68

Contador
Aldo de Oliveira
CRC-13P270251
CPF - 007.734.408-10

4664
**1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 refletem os ajustes e reclassificações resultantes de acordos efetuados com credores, segundo condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Classificação contábil**

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

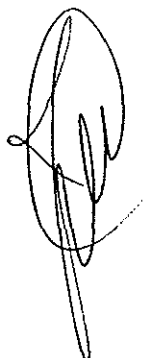
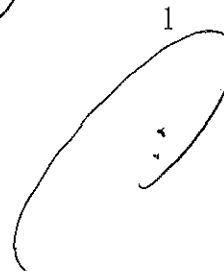
São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos à variação monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

1


g) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

h) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

j) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis à longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

l) Plano de pensão

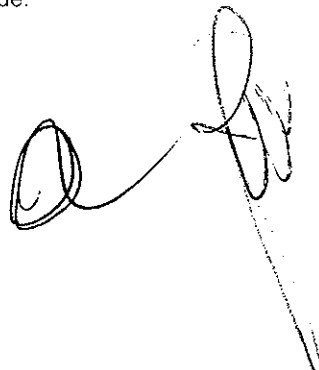
A Companhia patrocinava até 30 de abril de 2006 um plano de contribuição definida para seus funcionários, o qual foi liquidado conforme portaria da SPC/MPS nº. 2740 e nº 2741, ambas de 10 de fevereiro de 2009. Os custos correntes, relativos ao plano de contribuição definida, foram determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência. Os déficits atuariais determinados por época da liquidação do plano, foram reconhecidos no Balanço e no resultado do exercício.

m) Prejuízo por ação

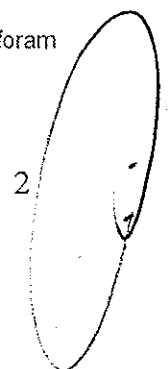
Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

n) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.



2



RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2006

4609

3. DISPONIBILIDADES

	2006	2005
Caixa e bancos	109	823
	109	823

4. CONTAS A RECEBER

	2006	2005
No país	21	33
	21	33

Para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou o grau de risco de realização dos créditos com cada cliente cuja composição estava disponível, provisionando todos os títulos vencidos há mais de 90 dias.

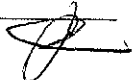
5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	CIRCULANTE				LONGO PRAZO			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Nordeste Lynches Aéreas-"Em recuperação Judicial"	-	-	115	81	-	-	-	-
Fundação Ruben Berta	-	-	194	440	-	-	-	-
SATA-Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.	-	-	7.171	872	-	-	-	6.023
S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense)-"Em Recuperação Judicial"	-	-	39.987	15.875	-	-	3.829	3.560
VEM – Varig Engenharia E Manutenção S.A.	-	-	-	14.720	-	-	-	7.750
Varig Participações em Transportes Aéreos S.A.	-	-	-	-	-	259.461	-	-
VARIG Logística S.A.	-	21.331	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	21.331	47.467	31.988	-	259.461	3.829	17.333

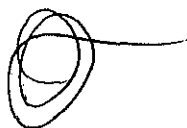
3

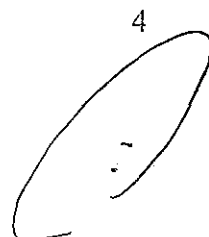
RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
 NOTAS EXPLICATIVAS - 2006

4640


6. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Custo	2006		2005	
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado técnico:						
Equipamento de voo e benfeitorias em aeronaves de terceiros	10 a 20	-	-	-	-	131
Peças de reposição e sobressalentes	10	-	-	-	-	2.270
Equipamento terrestre		16.410	(15.980)	430		1.497
Imóveis	20	6.647	(6.188)	459		-
Outros ativos fixos		-	-	-		1.394
Provisão para perda	4 e 5	-	-	-		-
Total do Imobilizado		23.057	(22.168)	889		5.292




4


RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2006

4641

[Handwritten signature]

7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2006		2005	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Classe I				
Funcionários	-	22.257	22.257	-
Classe II				
Wells Fargo Trust Concursal	-	5.530	5.530	-
Sunrock Aircraft Corporation Limited Concursal	-	4.376	4.376	3.986
International Leasing Finance Corporation Concursal	-	24.345	24.345	33.082
East Trust-Sub 3 Concursal	-	871	871	1.889
Debis Concursal	-	316	316	-
GATX Concursal	-	1.878	1.878	-
Correção – PRJ	-	55	55	-
Juros – PRJ	-	2.173	2.173	-
Atualização Cambial – PRJ	-	(290)	(290)	-
Classe III				
River One Extra concursal	-	185.396	185.396	205.793
Wells Fargo Bank Northwest (WELLS Fargo Trust 07/04/2004)	-	3.789	3.789	6.325
Rs Limited	-	29.731	29.731	19.119
Pembroke B737-7006 Leasing Limited	-	2.699	2.699	-
Rolls Royce	-	1.978	1.978	8.005
Banco Santos S.A.	-	4.266	4.266	-
Fornecedores Diversos	-	11.207	11.207	-
Fundação Ruben Berta – Concursal	-	348	348	-
Correção - PRJ – Classe III – Empresas do grupo	-	9	9	-
Juros - PRJ – Classe III – Empresas do grupo	-	21	21	-
Correção – PRJ – Classe III	-	447	447	-
Juros – PRJ – Lessors – Classe III	-	13.946	13.946	-
Atualização Cambial – PRJ – Classe III	-	(1.847)	(1.847)	-
Outros empréstimos e financiamentos	-	-	-	13.765
	-	313.801	313.801	291.964

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial estão condicionados ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas.

[Handwritten signatures and initials]

4692

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2006

8. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2006	2005
PIS/COFINS a pagar	3.955	3.228
ICMS a pagar	21.174	21.442
Taxas e contribuições por conta de terceiros	1.617	1.311
	26.746	25.981

9. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	2006	2005
FNDE – Salário educação	1.300	-
Previdência Social – INSS – Contribuição empregados/empresa	48.529	39.871
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	34.258	-
Salários a pagar	-	6.888
FGTS	-	13.696
Contribuições ao Instituto Aerus de Seguridade social	-	60
	84.087	60.515

10. PROVISÕES DIVERSAS – FOLHA DE PAGAMENTO

	2006	2005
Férias e encargos sociais	-	7.818
	-	7.818

11. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	2006	2005
PAES - Parcelamento Especial INSS (a)	90.126	65.093
PAES - Parcelamento Especial Receita Federal (a)	110.158	79.155
Total	200.284	144.248
Menos- parcelas de curto prazo	(200.284)	(11.168)
Longo Prazo	-	133.080

a) Parcelamento especial - PAES - Receita Federal e INSS

A RIO-SUL foi excluída do PAES em 2006. Por esta razão, a dívida com a Receita Federal e INSS foi reclassificada para o curto prazo e os encargos financeiros, calculados pela taxa SELIC.

Por falta de pagamento, a RIO-SUL teve seus parcelamentos rescindidos.

4673

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2006, foi provisionado o montante de R\$ 37.089 (R\$ 31.723 em 31 de dezembro de 2005), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de parte de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

<u>Natureza</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Tributos e tarifas não recolhidos por força de ações em andamento	23.792	16.920
Trabalhistas	13.297	14.803
	<u>37.089</u>	<u>31.723</u>

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2006, representado por ações sem valor nominal, está composto como segue:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Ordinárias	67.284	52.692
Preferenciais	59.133	46.308
	<u>126.417</u>	<u>99.000</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, podendo ser mantida sua proporcionalidade até o montante de dois terços do capital social.

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para reserva legal.

4674

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2006, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2001	10.480	24.041
2002	109.162	122.710
2003	118.856	118.856
2004	36.077	36.077
2005	72.986	72.986
2006	33.163	34.307
	<u>380.724</u>	<u>408.977</u>

O ano de 1997 não está aqui demonstrado, uma vez que para esse ano, não ocorreu a situação aqui descrita.

15. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras receitas (despesas) operacionais, líquidas são:

	2006	2005
Gastos para reestruturação de frota	(8.892)	(21.846)
Provisão para contingências	(1.739)	(4.080)
Atualização passivo contingente	(4.552)	(3.650)
Reversão de reserva de manutenção	74.207	-
Provisão para rescisão - funcionários	(13.903)	-
Juros e encargos sobre impostos em atraso	(46.825)	-
Perdas com títulos a receber	(287.214)	(343)
Outras	(4.938)	(5.230)
	<u>(293.856)</u>	<u>(35.149)</u>

8

7645

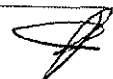
16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2006	2005
Juros Reestruturação	(244)	(18.671)
Juros e correção s/ reestruturação- Recuperação Judicial	(21.398)	5.026
Juros e Encargos sobre Financ./Empréstimos	-	(4.407)
Juros, Correção e multa de Impostos	(15.754)	(19.776)
Variação Cambial S/ Contas a pagar	21.119	38.392
Outras	515	3.683
	<u>(15.762)</u>	<u>4.247</u>

17. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

9



Licks Contadores Associados

CNPJ-05.032.015/0001-55

Administrador Judicial

Gustavo Banho Licks

RG-09.327.172-4 IFP/RJ

CPF-035.731.567-33

Gestor Judicial

Jaime Nader Canha

RG-07958627-7 IFP/RJ

CPF-939.544.927-68

Contador

Aldo de Oliveira

CRC-1SP270251

CPF - 007.734.408-10

4644

ed


Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”

*Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006*

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 (Em milhares de reais)




<u>ATIVO</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	-	109	Fornecedores	33.722	34.222
Contas a receber	6	21	Financiamentos de obrigações fiscais	216.846	200.284
Depósitos especiais	-	-	Taxas, impostos e contribuições	28.064	26.746
Pagamentos antecipados	-	-	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	89.370	84.087
Outros créditos	-	-	Empresas relacionadas	47.124	47.467
Total do circulante	<u>6</u>	<u>130</u>	Dividendos a pagar	-	-
			Contas a pagar	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Provisão para revisão de equipamento de voo	-	-
Depósitos especiais	-	-	Total do circulante	<u>415.126</u>	<u>392.806</u>
Depósitos judiciais	4.008	4.219			
Impostos a recuperar	-	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Total do realizável a longo prazo	<u>4.008</u>	<u>4.219</u>	Empréstimos e financiamentos	275.619	313.801
			Empresas relacionadas	3.829	3.829
PERMANENTE			Provisão para contingências	37.385	37.089
Investimentos	-	-	Total do exigível a longo prazo	<u>316.833</u>	<u>354.719</u>
Imobilizado	1.897	889			
Diferido	-	-	PASSIVO A DESCOBERTO		
Total do permanente	<u>1.897</u>	<u>889</u>	Capital Social	99.000	99.000
			Lucros (Prejuízos) acumulados	<u>(825.048)</u>	<u>(841.287)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>5.911</u>	<u>5.238</u>	Total do passivo a descoberto	<u>(726.048)</u>	<u>(742.287)</u>
			TOTAL DO PASSIVO	<u>5.911</u>	<u>5.238</u>

24678

4679


Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Demonstrações do Resultado para os
 exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
 (Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)




	2007	2006
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receita de voo	-	9.719
Resultado de acordos operacionais	-	(34.939)
Outras receitas operacionais	-	47
Impostos sobre receita	-	(316)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	(25.489)
CUSTO DE VÔO	-	(16.941)
PREJUÍZO BRUTO	-	(42.430)
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	-	(1.590)
Despesas administrativas	-	(414)
RESULTADO DA ATIVIDADE	-	(44.434)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS		
Receitas financeiras	38	133
Despesas financeiras	(9.218)	(37.572)
Variações monetárias de obrigações e créditos	41.864	(21.677)
	32.684	(15.762)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	(18.223)	(293.856)
RESULTADO OPERACIONAL	14.461	(354.052)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.778	(2.109)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.239	(356.221)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	0,13	(2,81)

4680


Rio Sul Linhas aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de reavalia�o</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	99.000	-	-	(372.742)	(273.742)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(64.830)	(64.830)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	99.000	-	-	(437.572)	(338.572)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(47.494)	(47.494)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	99.000	-	-	(485.066)	(386.066)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(356.221)	(356.221)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	99.000	-	-	(841.287)	(742.287)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.239	16.239
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	<u>99.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(825.048)</u>	<u>(726.048)</u>

4681
d

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos para os
 exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006
 (em milhares de reais)

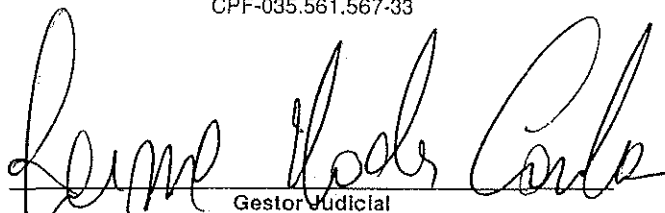
	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS		
Das Operações		
Lucro do Período	16.239	-
Depreciação	1.124	-
Variação cambial	21.319	-
Redução do realizável a longo prazo:	211	269.531
Empresas relacionadas	-	259.461
Depósitos em garantia	-	2.881
Depósitos judiciais	211	67
Impostos a recuperar	-	7.122
Redução do permanente:	-	4.408
Imobilizado	-	4.402
Investimentos	-	6
Transferência do curto prazo para o exigível longo prazo	-	-
Aumento do Exigível:	-	28.102
Empréstimos e financiamentos	-	22.816
Provisão para contingências	-	5.366
Total das Origens	38.893	302.121
Aplicações		
Acréscimo Ativo Permanente	1.007	-
Prejuízo do exercício	-	356.221
Diminuição Exigível:	37.886	146.583
Financiamento de obrigações fiscais	37.886	133.080
Empresas relacionadas	-	13.503
Variação do capital circulante	-	(200.683)
Total aplicações	38.893	302.121
Capital Circulante		
Ativo		
No Final do Período	6	130
No Início do Período	130	49.796
	(124)	(49.666)
Passivo Circulante		
No Final do Período	415.126	392.806
No Início do Período	392.806	241.789
	22.320	151.017

4682
J

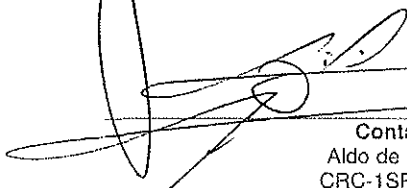
Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"



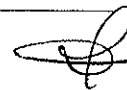
Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10



1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo seu montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios.

e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos a atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

g) Imobilizado

É avallado pelo custo, acrescido das reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tendo como base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

h) Empréstimos e Financiamentos

Atualizados com base nas variações cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

j) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

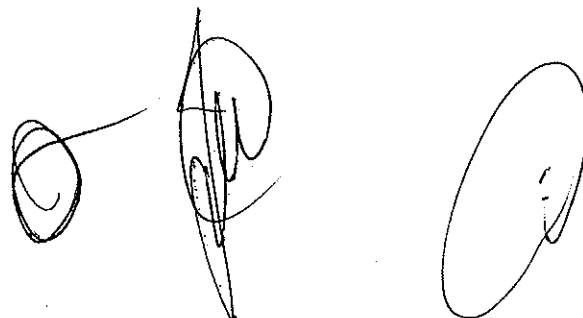
Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

l) Prejuízo por ação

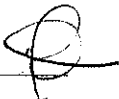
Calculado com base no número de ações nas datas de encerramento dos exercícios.

m) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.



4685



RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2007

3. CONTAS A RECEBER

	2007	2006
No país	37.936	37.113
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.930)	(37.092)
	<u>6</u>	<u>21</u>

Para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou o grau de risco de realização dos créditos com cada cliente cuja composição estava disponível, provisionando todos os títulos vencidos há mais de 90 dias.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Nordeste Linhas Aéreas-“Em recuperação Judicial”	-	-	85	115	-	-	-	-
Fundação Ruben Berta	-	-	122	194	-	-	-	-
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A . S.A. Viação Aérea Rio Grandense.	-	-	6.849	7.171	-	-	-	-
	-	-	40.068	39.987	-	-	3.829	3.829
	-	-	47.124	47.467	-	-	3.829	3.829

5. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	2007			2006
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
<u>Imobilizado técnico:</u>					
Equipamento de voo e benfeitorias em aeronaves de terceiros	10 a 20	-	-	-	-
Peças de reposição e Sobressalentes	10	5.549	4.281	1.268	-
Equipamento terrestre	10	16.778	16.290	488	430
Imóveis	20	6.647	6.506	141	459
Outros ativos fixos		-	-	-	-
Provisão para perda	4 e 5	-	-	-	-
<u>Total do imobilizado</u>		<u>28.974</u>	<u>27.077</u>	<u>1.897</u>	<u>889</u>

4686
Q

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2007

6. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2007			2006
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Classe I				
Funcionários	-	24.405	24.405	22.557
Classe II				
Wells Fargo Trust Concursal	-	5.474	5.474	5.530
Sunrock Aircraft Corporation Limited	-	4.332	4.332	4.376
International Leasing Finance Corporation	-	24.098	24.098	24.345
East Trust-Sub 3	-	863	863	871
Debis	-	313	313	316
GATX	-	1.855	1.855	1.878
Correção – PRJ	-	195	195	55
Juros – PRJ – Lessors	-	2.580	2.580	2.173
Atualização Cambial – PRJ	-	(6.266)	(6.266)	(290)
Classe III				
River One :	-	185.396	185.396	185.396
Wells Fargo Bank Northwest (WELLS Fargo Trust 07/04/2004):	-	3.789	3.789	3.789
Rs Limited :	-	29.731	29.731	29.731
Pembroke B737-7006 Leasing Limited	-	2.699	2.699	2.699
Rolls Royce :	-	1.978	1.978	1.978
Banco Santos S.A.	-	4.266	4.266	4.266
Fornecedores Diversos	-	11.207	11.207	11.207
Fundação Ruben Berta - Concursal	-	348	348	348
Correção - PRJ – Classe III – Empresas do grupo	-	9	9	9
Juros - PRJ – Classe III – Empresas do grupo	-	21	21	21
Correção – PRJ – Classe III	-	1.408	1.408	447
Juros – PRJ – Lessors – Classe III	-	16.797	16.797	13.946
Atualização Cambial – PRJ – Classe III	-	(39.879)	(39.879)	(1.847)
	-	275.619	275.619	313.801

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial está condicionado ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos, conforme descritos na nota explicativa.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas.

7. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2007	2006
PIS/COFINS a pagar	4.308	3.955
ICMS a pagar	22.196	21.174
Taxas e contribuições por conta de terceiros	1.560	1.617
Tarifas de embarque e aeroportuárias	-	-
	<u>28.064</u>	<u>26.746</u>

8. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	2007	2006
Notificação Fiscal de Lançamento Débito	38.960	36.426
FNDE – Salário Educação	1.419	1.300
Previdência Social INSS – Contribuição empregados / empresa	13.229	12.103
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	35.762	34.258
	<u>89.370</u>	<u>84.087</u>

9. FINANCIAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	2007	2006
Parcelamento de obrigações fiscais		
PAES - Parcelamento Especial INSS	97.566	90.126
PAES - Parcelamento Especial Receita Federal	119.280	110.158
Total – Curto prazo	<u>216.846</u>	<u>200.284</u>

4688

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2007

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2007, foi provisionado o montante de R\$ 37.385 (R\$ 37.089 em 31 de dezembro de 2006), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	2007	2006
Tributos não recolhidos por força de liminares e contingências fiscais	25.616	23.792
Trabalhistas	11.769	13.297
Cível	-	-
	<u>37.385</u>	<u>37.089</u>

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2007, representado por ações sem valor nominal, está composta como segue:

Ações	Quantidade	Valor
Ordinárias	67.284	52.692
Preferenciais	59.133	46.308
	<u>126.417</u>	<u>99.000</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, podendo ser mantida sua proporcionalidade até o montante de dois terços do capital social.

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para reserva legal.

4689

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2007

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2007, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2001	10.480	24.041
2002	109.162	122.710
2003	118.856	118.856
2004	36.077	36.077
2005	72.986	72.986
2006	33.163	34.307
2007	537	562
	<u>381.261</u>	<u>409.539</u>

13. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes de outras despesas operacionais, líquidas são:

	2007	2006
Gastos para reestruturação de frota	-	(8.892)
Provisão para contingências	(2)	(1.739)
Atualização passivo contingente	(1.724)	(4.552)
Reversão de reserva de manutenção	-	74.207
Provisão para rescisão - funcionários	-	(13.903)
Juros e encargos sobre impostos em atraso	(16.562)	(46.825)
Perdas com títulos à receber (a)	(884)	(287.214)
Ajuste da atualização REFIS – Receita Federal	-	-
Outras	949	(4.938)
	<u>(18.223)</u>	<u>(293.856)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

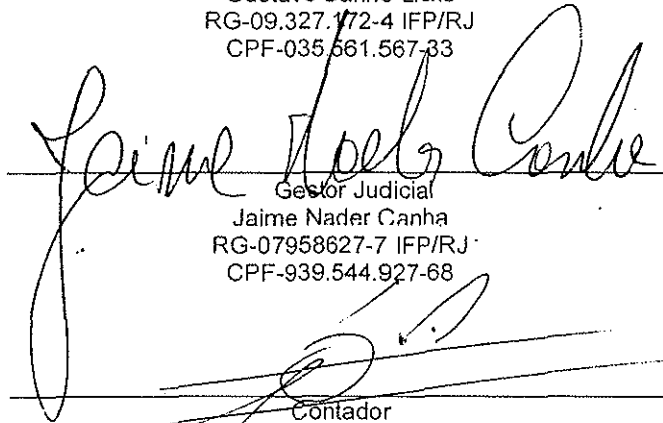
	2007	2006
Juros Reestruturação	-	(244)
Juros e correção s/ reestruturação- Recuperação Judicial	40.202	(21.398)
Juros, Correção e multa de Impostos	(7.548)	(15.754)
Variação Cambial S/ Contas a pagar	38	21.119
Outras	(8)	515
	<u>32.684</u>	<u>(15.762)</u>

4690

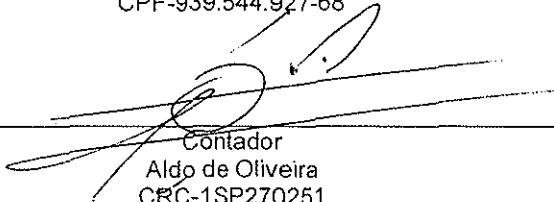
RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2007



Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

4691
②

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	-	-	Fornecedores	33.717	33.722
Contas a Receber	-	6	Financiamentos de obrigações fiscais	233.611	216.846
Empresas relacionadas	-	-	Taxas, impostos e contribuições	29.531	28.064
Depósitos especiais	-	-	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	93.820	89.370
Pagamentos antecipados	-	-	Empresas relacionadas	47.245	47.124
Total do circulante	-	6	Total do circulante	437.924	415.126
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresas relacionadas	-	-	Empréstimos e financiamentos	357.977	275.619
Depósitos especiais	-	-	Empresas relacionadas	3.829	3.829
Depósitos judiciais	4.041	4.008	Provisão para contingências	38.637	37.385
Impostos a recuperar	-	-	Total do não circulante	400.473	316.833
Investimentos	-	-			
Imobilizado	28	1.897	PASSIVO A DESCOBERTO		
Diferido	-	-	Capital Social	99.000	99.000
Total do não circulante	4.069	5.905	Lucros (Prejuízos) acumulados	(933.328)	(825.048)
			Total do passivo a descoberto	(834.328)	(726.048)
TOTAL DO ATIVO	4.069	5.911	TOTAL DO PASSIVO	4.069	5.911

4692

4693
[Handwritten signature]

Rio Sul Linhas Aéreas S/A "Em Recuperação Judicial"
 Demonstrações do Resultado para os
 exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
 (Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)

RECEITAS OPERACIONAIS	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Receita bruta de atividades	-	-
Outras receitas das atividades	-	-
Tributos	-	-
Receita líquida das atividades	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custos das atividades	-	-
Resultado de acordos das atividades	-	-
Outros custos das atividades	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Vendas	-	-
Despesas administrativas/gerais	-	-
RESULTADO DAS ATIVIDADES	<u>-</u>	<u>-</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Receitas financeiras	22	38
Despesas financeiras	(19.354)	(9.218)
Variações monetárias de obrigações e créditos	<u>(71.827)</u>	<u>41.864</u>
	(91.159)	32.684
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC. LÍQUIDAS	(15.292)	(18.223)
PREJUÍZO LÍQUIDO OPERACIONAL	<u>(106.451)</u>	<u>14.461</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(1.829)</u>	<u>1.778</u>
PREJUÍZO (LUCRO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(108.280)</u>	<u>16.239</u>
PREJUÍZO (LUCRO) LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	<u>(0,86)</u>	<u>0,13</u>

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3
[Handwritten signature]

4694
Ⓟ

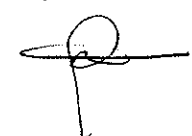
Rio Sul Linhas aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavalia�o	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	99.000	-	-	(372.742)	(273.742)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(64.830)	(64.830)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	99.000	-	-	(437.572)	(338.572)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(47.494)	(47.494)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	99.000	-	-	(485.066)	(386.066)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(356.221)	(356.221)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	99.000	-	-	(841.287)	(742.287)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.239	16.239
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	99.000	-	-	(825.048)	(726.048)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(108.280)	(108.280)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	99.000	-	-	(933.328)	(834.328)

Ⓟ

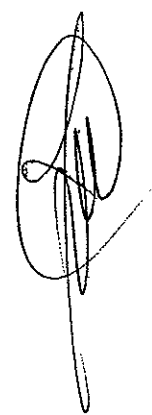
Ⓟ

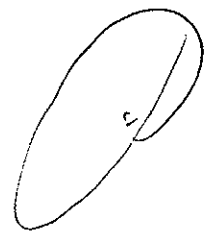
Ⓟ

4695


Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007
 (em milhares de reais)

	2008	2007
Atividade operacional		
Lucro / Prejuízo do período	(108.280)	16.239
Depreciação amortização	643	1.124
Resultado da equivalência	(5)	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Redução/aumento de contas a receber	(6)	(15)
Redução empresas relacionadas	121	(343)
Aumento/diminuição depósitos especiais	33	(211)
Aumento/diminuição fornecedores	(5)	(500)
Aumento obrigações trabalhistas	4.450	5.283
Aumento taxas Impostos e contribuições	1.467	1.318
Diminuição/aumento provisão para contingências	1.282	295
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(100.300)</u>	<u>23.190</u>
Atividades de investimentos:		
Diminuição investimentos	-	1
Diminuição/aumento ativo permanente	(1.869)	1.008
Investimento em empresas relacionadas	1	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>(1.868)</u>	<u>1.009</u>
Atividades de financiamentos:		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	82.358	(38.182)
Financiamento de obrigações fiscais	16.765	16.562
Variação Cambial de créditos	3.039	(2.682)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>102.162</u>	<u>(24.302)</u>
Acréscimo líquido de caixa	(6)	(103)
Disponibilidades no início do exercício	6	109
Disponibilidade no final do exercício	<u>0</u>	<u>6</u>

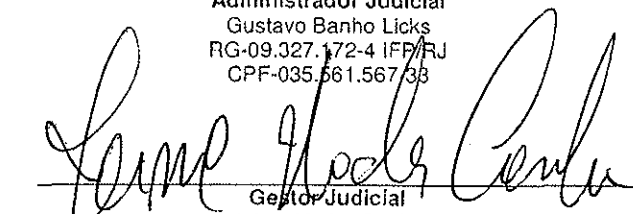
5


4696
✍

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”



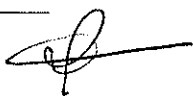
Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aido de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

4694
7677


1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo seu montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira




São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios.

e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos a atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

g) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido das reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tendo como base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

h) Empréstimos e Financiamentos

Atualizados com base nas variações cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

j) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

l) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações nas datas de encerramento dos exercícios.

m) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.

4699



RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2008

3. CONTAS A RECEBER

	2008	2007
No país	37.929	37.936
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.929)	(37.930)
	<u>-</u>	<u>6</u>



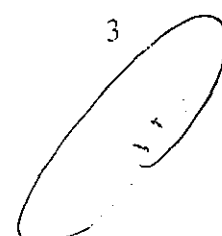
Para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou o grau de risco de realização dos créditos com cada cliente cuja composição estava disponível, provisionando todos os títulos vencidos há mais de 90 dias.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Nordeste Linhas Aéreas-“Em recuperação Judicial”	-	-	124	85	-	-	-	-
Fundação Ruben Berta	-	-	122	122	-	-	-	-
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.	-	-	6.849	6.849	-	-	-	-
S.A. Viação Aérea Rio Grandense “Em Recuperação Judicial”	-	-	40.150	40.068	-	-	3.829	3.829
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.245</u>	<u>47.124</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.829</u>	<u>3.829</u>

5. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	2008			2007
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
<u>Imobilizado técnico:</u>					
Peças de reposição e Sobressalentes	10	-	-	-	1.268
Equipamento terrestre		-	-	-	488
Imóveis	20	146	118	28	141
Outros ativos fixos		-	-	-	-
Provisão para perda	4 e 5	-	-	-	-
<u>Total do imobilizado</u>		<u>146</u>	<u>118</u>	<u>28</u>	<u>1.897</u>

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2008

4700

6. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2008		2007
	Curto	Longo	Total
Classe I			
Funcionários	-	23.300	23.300
Classe II			
Wells Fargo Trust		5.474	5.474
Sunrock Aircraft Corporation Limited:	-	4.332	4.332
International Leasing Finance Corporation	-	24.098	24.098
East Trust-Sub 3	-	863	863
Debis	-	313	313
GATX	-	1.855	1.855
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	7.695	7.695
			(3.491)
Classe III			
River One	-	185.396	185.396
Wells Fargo Bank Northwest (WELLS Fargo Trust)	-	3.789	3.789
Rs Limited :	-	29.731	29.731
Pembroke B737-7006 Leasing Limited	-	2.699	2.699
Rolls Royce :	-	1.978	1.978
Banco Santos S.A.	-	4.266	4.266
Fundação Ruben Berta - Concursal	-	348	348
Outros	-	11.207	11.207
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	50.633	50.633
			(21.644)
	-	357.977	357.977
			275.619

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial está condicionado ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos, conforme descritos na nota explicativa.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas.

3401

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2008

7. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2008*	2007
PIS/COFINS a pagar	4.665	4.308
ICMS a pagar	23.231	22.196
Taxas e contribuições por conta de terceiros	1.635	1.560
Tarifas de embarque e aeroportuárias	-	-
	<u>29.531</u>	<u>28.064</u>

8. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	2008	2007
Notificação Fiscal de Lançamento Débito	41.526	38.960
FNDE – Salário Educação	1.545	1.419
Previdência Social INSS – Contribuição empregados / empresa	14.446	13.229
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	36.303	35.762
	<u>93.820</u>	<u>89.370</u>

9. FINANCIAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	2008	2007
Parcelamento de obrigações fiscais		
PAES - Parcelamento Especial INSS	105.097	97.566
PAES - Parcelamento Especial Receita Federal	128.514	119.280
Total – Curto prazo	<u>233.611</u>	<u>216.846</u>

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2008, foi provisionado o montante de R\$ 38.667 (R\$ 37.385 em 31 de dezembro de 2007), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de

5

seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	2008	2007
Tributos não recolhidos por força de liminares e contingências fiscais	27.382	25.616
Trabalhistas	11.285	11.769
	<u>38.667</u>	<u>37.385</u>

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008, representado por ações sem valor nominal, está composta como segue:

Ações	Quantidade	Valor
Ordinárias	67.284	52.692
Preferenciais	59.133	46.308
	<u>126.417</u>	<u>99.000</u>


As ações preferenciais não têm direito a voto, podendo ser mantida sua proporcionalidade até o montante de dois terços do capital social.

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para reserva legal.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2008, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2001	10.480	24.041
2002	109.162	122.710
2003	118.856	118.856
2004	36.077	36.077
2005	72.986	72.986
2006	33.163	34.307
2007	537	562
2008	-	-
	<u>381.261</u>	<u>409.539</u>

4403


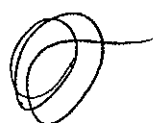
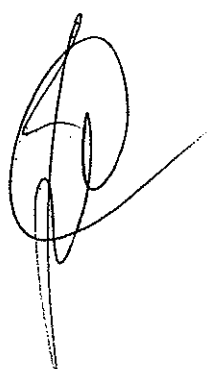

13. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes de outras despesas operacionais, líquidas são:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Provisão para contingências	-	(2)
Atualização passivo contingente	(1.660)	(1.724)
Reversão de reserva de manutenção	-	-
Provisão para rescisão - funcionários	-	-
Juros e encargos sobre impostos em atraso	(16.765)	(16.562)
Perdas com títulos à receber (a)	-	(884)
Ajuste da atualização REFIS – Receita Federal	-	-
Outras	3.133	949
	<u>(15.292)</u>	<u>(18.223)</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Juros e correção s/ reestruturação-Recuperação Judicial	(81.600)	40.202
Juros e Encargos sobre Financ./Empréstimos	(9.581)	(7.548)
Outras Receitas Financeiras	-	38
Outras	22	(8)
	<u>(91.159)</u>	<u>32.684</u>

Licks Contadores Associados

CNPJ-05.032.015/0001-55

Administrador Judicial

Gustavo Banho Licks

RG-09.327.172-4 IFP/RJ

CPF-035.567.567-33

Gestor Judicial

Jaime Nader Canha

RG-07958627-7 IFP/RJ

CPF-939.544.927-68

Contador

Aldo de Oliveira

CRC-1SP270251

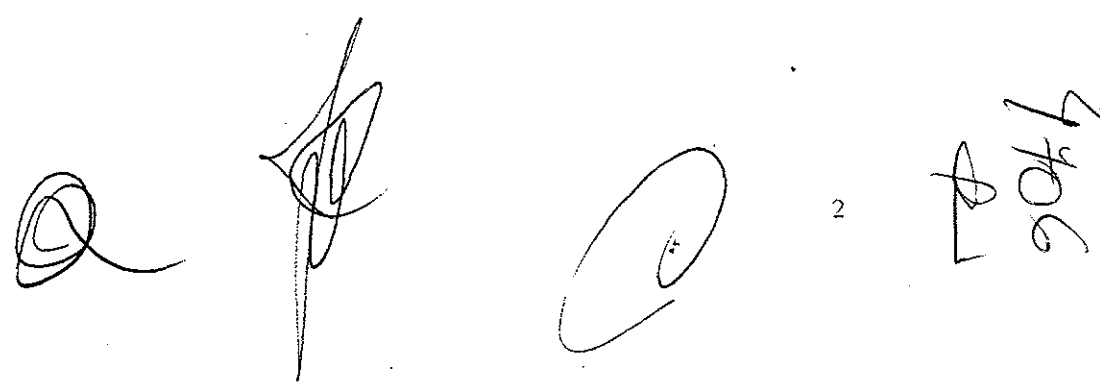
CPF - 007.734.408-10

4705
P

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Fíndos
em 31 de Dezembro de 2009 e de 2008

Río Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
 (Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	-	-	Fornecedores	33.699	33.717
Empresas relacionadas	-	-	Financiamentos de obrigações fiscais	334.435	233.611
Depósitos especiais	-	-	Taxas, impostos e contribuições	30.823	29.531
Pagamentos antecipados	<u>1</u>	-	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	97.201	93.820
Total do circulante	<u>1</u>	-	Empresas relacionadas	47.609	47.245
			Provisões diversas	<u>2</u>	-
			Total do circulante	<u>543.770</u>	<u>437.924</u>
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresas relacionadas	-	-	Empréstimos e financiamentos	285.135	357.977
Depósitos especiais	-	-	Empresas relacionadas	3.829	3.829
Depósitos judiciais	3.458	4.041	Provisão para contingências	<u>40.158</u>	<u>38.667</u>
Impostos a recuperar	-	-	Total do não circulante	<u>329.122</u>	<u>400.473</u>
Investimentos	-	-			
Imobilizado	42	28	PASSIVO A DESCOBERTO		
Diferido	-	-	Capital Social	99.000	99.000
Total do não circulante	<u>3.500</u>	<u>4.069</u>	Lucros (Prejuízos) acumulados	<u>(968.391)</u>	<u>(933.328)</u>
			Total do passivo a descoberto	<u>(869.391)</u>	<u>(834.328)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>3.501</u>	<u>4.069</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>3.501</u>	<u>4.069</u>



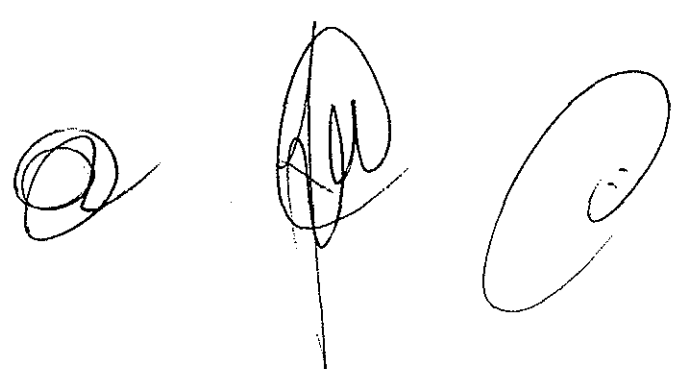
2

9046

4407


Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
 Demonstrações do Resultado para os
 exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
 (Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)

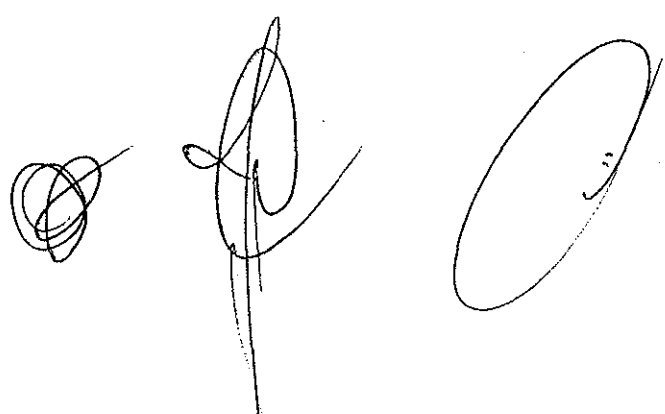
RECEITAS OPERACIONAIS	2009	2008
Receita bruta de atividades	-	-
Outras receitas das atividades	-	-
Tributos	-	-
Receita líquida das atividades	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custos das atividades	-	-
Resultado de acordos das atividades	-	-
Outros custos das atividades	-	-
	-	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Vendas	-	-
Despesas administrativas/gerais	-	-
	-	-
RESULTADO DAS ATIVIDADES	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Receitas financeiras	7	22
Despesas financeiras	(3.250)	(19.354)
Variações monetárias de obrigações e créditos	71.409	(71.827)
	68.166	(91.159)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC. LÍQUIDAS	(103.229)	(15.292)
PREJUÍZO LÍQUIDO OPERACIONAL	(35.063)	(106.451)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	(1.829)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(35.063)	(108.280)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	(0,28)	(0,86)



4408
P

Rio Sul Linhas aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

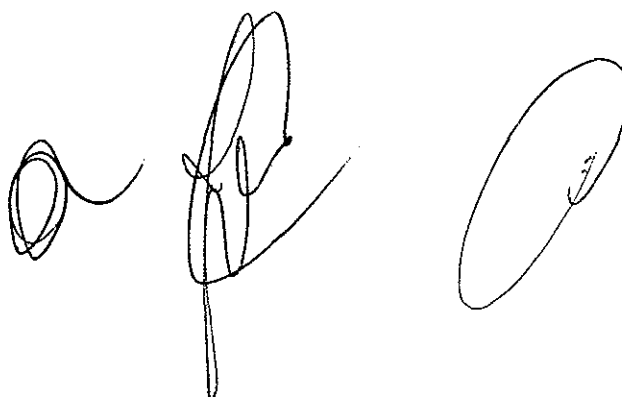
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavalia�o	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	99.000	-	-	(372.742)	(273.742)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(64.830)	(64.830)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	99.000	-	-	(437.572)	(338.572)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(47.494)	(47.494)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	99.000	-	-	(485.066)	(386.066)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(356.221)	(356.221)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	99.000	-	-	(841.287)	(742.287)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.239	16.239
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	99.000	-	-	(825.048)	(726.048)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(108.280)	(108.280)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	99.000	-	-	(933.328)	(834.328)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(35.063)	(35.063)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	99.000	-	-	(968.391)	(869.391)



4709
P

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008
 (em milhares de reais)

	2009	2008
Atividade operacional		
Lucro / Prejuízo do período	(35.063)	(108.280)
Depreciação amortização	134	643
Resultado da equivalência	5	(5)
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Redução de contas a receber		(6)
Aumento empresas relacionadas	364	121
Diminuição/aumento depósitos judiciais	(583)	33
Diminuição/aumento de pagamentos antecipados	1	
Aumento/diminuição fornecedores	(18)	(5)
Provisão para contingências	1.491	
Aumento obrigações trabalhistas	3.381	4.450
Aumento taxas Impostos e contribuições	1.292	1.467
Diminuição/aumento provisão para contingências		1.282
Aumento provisões diversas	2	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(28.994)</u>	<u>(100.300)</u>
Atividades de Investimentos:		
Aumento/diminuição ativo permanente	14	(1.869)
Investimento em empresas relacionadas		1
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	<u>14</u>	<u>(1.868)</u>
Atividades de financiamentos:		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(72.842)	82.358
Financiamentos de obrigações fiscais	100.825	16.765
Variação Cambial de créditos	997	3.039
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>28.980</u>	<u>102.162</u>
Acréscimo líquido de caixa	-	(6)
Disponibilidades no início do exercício	-	6
Disponibilidade no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

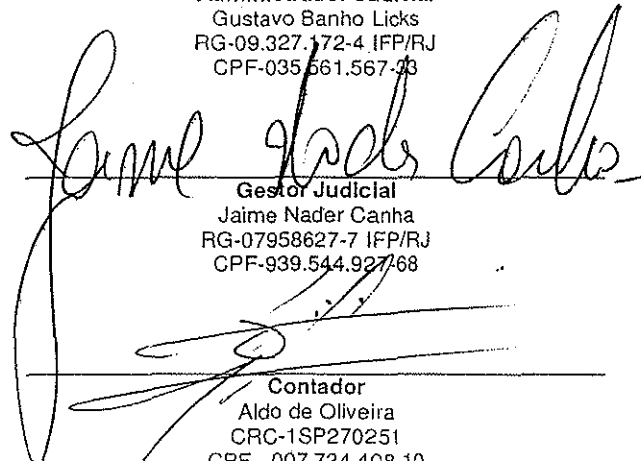


4710
P

Rio Sul Linhas Aéreas S/A - "Em Recuperação Judicial"



Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-43



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo seu montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios.

e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos a atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

47/20

g) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido das reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tendo como base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

h) Empréstimos e Financiamentos

Atualizados com base nas variações cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

j) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

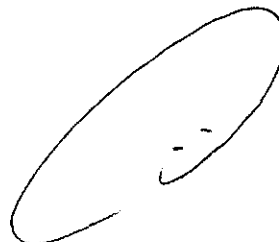
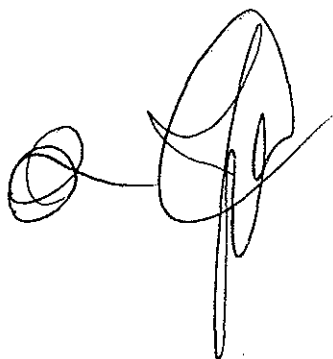
Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

l) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações nas datas de encerramento dos exercícios.

m) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.



RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”
NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

47/30

3. CONTAS A RECEBER


	2009	2008
No país	37.929	37.929
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.929)	(37.929)
	-	-

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Nordeste Linhas Aéreas-“Em recuperação Judicial”	-	-	109	124	-	-	-	-
Fundação Ruben Berta	-	-	122	122	-	-	-	-
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	-	-	6.849	6.849	-	-	-	-
S.A. Viação Aérea Rio Grandense “Em Recuperação Judicial”	-	-	40.529	40.150	-	-	3.829	3.829
	-	-	47.609	47.245	-	-	3.829	3.829

5. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	2009		2008
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imobilizado técnico:				
Imóveis	20	146	104	42
Total do imobilizado		146	104	42
				28



RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

4914
P

6. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2009		2008
	Curto	Longo	Total
Classe I			
Funcionários		24.045	24.045
			23.300
Classe II			
Wells Fargo Trust	-	5.474	5.474
Sunrock Aircraft Corporation Limited:	-	4.332	4.332
International Leasing Finance Corporation	-	24.098	24.098
East Trust-Sub 3	-	863	863
Debis	-	313	313
GATX	-	1.855	1.855
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	(2.210)	(2.210)
			7.695
Classe III			
River One :	-	185.396	185.396
Wells Fargo Bank Northwest (WELLS Fargo Trust)	-	3.789	3.789
Rs Limited :	-	29.731	29.731
Pembroke B737-7006 Leasing Limited	-	2.699	2.699
Rolls Royce :	-	1.978	1.978
Banco Santos S.A.	-	4.266	4.266
Fundação Ruben Berta - Concursal	-	348	348
Outros		11.207	11.207
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	(13.049)	(13.049)
			50.633
		285.135	285.135
			357.977

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial está condicionado ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos, conforme descritos na nota explicativa.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

4715

@

7. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2009	2008
PIS/COFINS a pagar	4.971	4.665
ICMS a pagar	24.118	23.231
Taxas e contribuições por conta de terceiros	1.734	1.635
	30.823	29.531

8. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	2009	2008
Notificação Fiscal de Lançamento Débito	43.725	41.526
FNDE – Salário Educação	1.647	1.545
Previdência Social INSS – Contribuição empregados / empresa	15.429	14.446
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	36.400	36.303
	97.201	93.820

9. FINANCIAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	2009	2008
PAES - Parcelamento Especial INSS	111.552	105.097
PAES - Parcelamento Especial Receita Federal (A)	222.884	128.514
Total – Curto prazo	334.436	233.611

(A) Aumento no passivo tributário referente PIS e COFINS, anos 2003 a 2005, já inscritos na dívida ativa da União.

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

44/160

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2009, foi provisionado o montante de R\$ 40.158 (R\$ 38.667 em 31 de dezembro de 2008), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	2009	2008
Tributos não recolhidos por força de liminares e contingências fiscais	28.896	27.382
Trabalhistas	11.262	11.285
	<u>40.158</u>	<u>38.667</u>

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2009, representado por ações sem valor nominal, está composta como segue:

Ações	Quantidade	Valor
Ordinárias	67.284	52.692
Preferenciais	59.133	46.308
	<u>126.417</u>	<u>99.000</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, podendo ser mantida sua proporcionalidade até o montante de dois terços do capital social.

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para reserva legal.

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

Handwritten signature/initials

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2001	10.480	24.041
2002	109.162	122.710
2003	118.856	118.856
2004	36.077	36.077
2005	72.986	72.986
2006	33.163	34.307
2007	537	562
2008	-	-
2009	-	-
	<u>381.261</u>	<u>409.539</u>

13. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes de outras despesas operacionais, líquidas são:

	2009	2008
Provisão para contingências	-	-
Atualização passivo contingente	(1.399)	(1.660)
Reversão de reserva de manutenção	-	-
Provisão para rescisão - funcionários	-	-
Juros e encargos sobre impostos em atraso	(14.368)	(16.765)
Despesa de exercícios passados (A)	(87.300)	-
Outras	(162)	3.133
	<u>(103.229)</u>	<u>(15.292)</u>

(A) – R\$ 86.457 referente a novos processos da receita federal (vide nota 9)

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO


	2009	2008
Juros e correção s/ reestruturação-Recuperação Judicial	72.816	(81.600)
Juros e Encargos sobre Financ./Empréstimos	(4.657)	(9.581)
Outras Receitas Financeiras	6	-
Outras	1	22
	<u>68.166</u>	<u>(91.159)</u>

Handwritten signatures and stamps

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “Em Recuperação Judicial”

NOTAS EXPLICATIVAS - 2009

4418
Q



Licks Contadores Associados

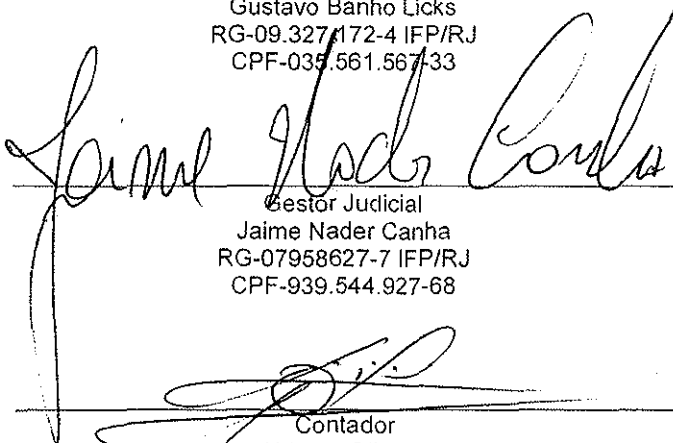
CNPJ-05.032.015/0001-55

Administrador Judicial

Gustavo Banho Licks

RG-09.327.172-4 IFP/RJ

CPF-035.561.567-33

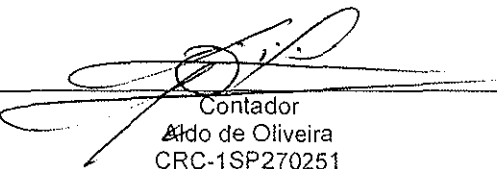


Gestor Judicial

Jaime Nader Canha

RG-07958627-7 IFP/RJ

CPF-939.544.927-68



Contador

Aldo de Oliveira

CRC-1SP270251

CPF - 007.734.408-10


4419
φ

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”

*Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos
em 30 de Junho de 2010 e de 31 de Dezembro de 2009*

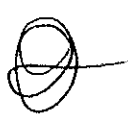
Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Balanços Patrimoniais Levantados em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009
 (Em milhares de reais)

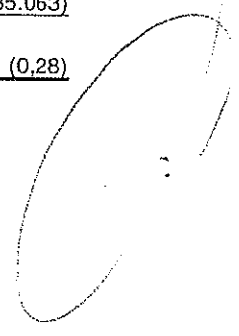
<u>ATIVO</u>	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	-	-	Fornecedores	33.461	33.699
Empresas relacionadas	-	-	Financiamentos de obrigações fiscais	340.766	334.436
Depósitos especiais	-	-	Taxas, impostos e contribuições	33.043	30.823
Pagamentos antecipados	<u>1</u>	<u>1</u>	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	98.647	97.201
Total do circulante	<u>1</u>	<u>1</u>	Empresas relacionadas	47.782	47.609
			Provisões diversas	<u>4</u>	<u>2</u>
			Total do circulante	<u>553.703</u>	<u>543.770</u>
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresas relacionadas	-	-	Empréstimos e financiamentos	298.399	285.135
Depósitos especiais	-	-	Empresas relacionadas	3.829	3.829
Depósitos judiciais	3.637	3.458	Provisão para contingências	<u>40.342</u>	<u>40.158</u>
Impostos a recuperar	-	-	Total do não circulante	<u>342.570</u>	<u>329.122</u>
Investimentos	-	-			
Imobilizado	100	42	PASSIVO A DESCOBERTO		
Diferido	-	-	Capital Social	99.000	99.000
Total do não circulante	<u>3.737</u>	<u>3.500</u>	Lucros (Prejuízos) acumulados	<u>(991.536)</u>	<u>(968.391)</u>
			Total do passivo a descoberto	<u>(892.536)</u>	<u>(869.391)</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>3.738</u>	<u>3.501</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>3.738</u>	<u>3.501</u>

4724


Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Demonstrações do Resultado para os
 exercícios findos em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009
 (Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)

RECEITAS OPERACIONAIS	Jun/10	Dez/09
Receita bruta de atividades	-	-
Outras receitas das atividades	-	-
Tributos	-	-
Receita líquida das atividades	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custos das atividades	-	-
Resultado de acordos das atividades	-	-
Outros custos das atividades	-	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Vendas	-	-
Despesas administrativas/gerais	-	-
RESULTADO DAS ATIVIDADES	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Receitas financeiras	-	7
Despesas financeiras	(12.109)	(3.250)
Variações monetárias de obrigações e créditos	(9.858)	71.409
	(21.967)	68.166
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC. LIQUIDAS	(1.178)	(103.229)
PREJUÍZO LÍQUIDO OPERACIONAL	(23.145)	(35.063)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(23.145)	(35.063)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	(0,18)	(0,28)





4422

Rio Sul Linhas aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”
 Demonstrações da Mutação do Patrim  nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
 exercícios findos em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	99.000	-	-	(372.742)	(273.742)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(64.830)	(64.830)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	99.000	-	-	(437.572)	(338.572)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(47.494)	(47.494)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	99.000	-	-	(485.066)	(386.066)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(356.221)	(356.221)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	99.000	-	-	(841.287)	(742.287)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.239	16.239
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	99.000	-	-	(825.048)	(726.048)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(108.280)	(108.280)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	99.000	-	-	(933.328)	(834.328)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(35.063)	(35.063)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	99.000	-	-	(968.391)	(869.391)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(23.145)	(23.145)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	99.000	-	-	(991.536)	(892.536)

4

4723
J

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – "Em Recuperação Judicial"
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 30 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2009
(em milhares de reais)

	Jun/10	Dez/09
Atividade operacional		
Lucro / Prejuízo do período	(23.145)	(35.063)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação amortização	-	134
Resultado da equivalência	-	5
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Redução empresas relacionadas	-	-
Aumento empresas relacionadas	173	364
Aumento/diminuição depósitos judiciais	179	(583)
Diminuição do imobilizado	-	-
Diminuição/aumento de pagamentos antecipados	-	1
Aumento/diminuição fornecedores	(238)	(18)
Provisão para contingências	184	1.491
Aumento obrigações trabalhistas	1.446	3.381
Aumento taxas impostos e contribuições	2.220	1.292
Diminuição/aumento provisão para contingências	-	-
Aumento provisões diversas	2	2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(19.179)	(28.994)
Atividades de Investimentos:		
Aumento/diminuição ativo permanente	58	14
Investimento em empresas relacionadas	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	58	14
Atividades de financiamentos:		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13.264	(72.842)
Financiamentos de obrigações fiscais	6.330	100.825
Varição Cambial de créditos	(473)	997
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	19.121	28.980
Acréscimo líquido de caixa	-	-
Disponibilidades no início do exercício	-	-
Disponibilidade no final do exercício	-	-

Rio Sul Linhas Aéreas S/A – “Em Recuperação Judicial”

4424

Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33

Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68

Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

4725
/

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A - "Em Recuperação Judicial"
NOTAS EXPLICATIVAS - 30 de Junho de 2010

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo seu montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios.

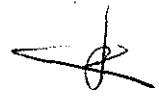
e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos a atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

g) Imobilizado

4726


RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A - "Em Recuperação Judicial"

NOTAS EXPLICATIVAS - 30 de Junho de 2010

É avaliado pelo custo, acrescido das reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tendo como base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

h) Empréstimos e Financiamentos

Atualizados com base nas variações cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

j) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

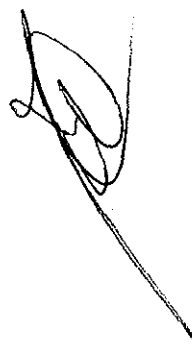
Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

l) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações nas datas de encerramento dos exercícios.

m) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.



4727

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A - "Em Recuperação Judicial"
 NOTAS EXPLICATIVAS - 30 de Junho de 2010

3. CONTAS A RECEBER

	Jun/10	Dez/09
No país	37.929	37.929
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.929)	(37.929)
	<u>-</u>	<u>-</u>

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

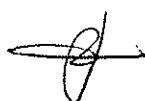
	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	Jun/10	Dez/09	Jun/10	Dez/09	Jun/10	Dez/09	Jun/10	Dez/09
Nordeste Linhas Aéreas-"Em recuperação Judicial"	-	-	113	109	-	-	-	-
Fundação Ruben Berta	-	-	122	122	-	-	-	-
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	-	-	6.849	6.849	-	-	-	-
S.A..Viação Aérea Rio Grandense "Em Recuperação Judicial	-	-	40.698	40.529	-	-	3.829	3.829
	-	-	47.782	47.609	-	-	3.829	3.829

5. IMOBILIZADO

		Jun/10		Dez/09	
		Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado técnico:					
Imóveis	20	146	46	100	42
Total do imobilizado		146	46	100	42

Não houve aumento no valor dos bens. O valor da conta de depreciação foi reduzida em função de ajustes na mesma.

3

4428




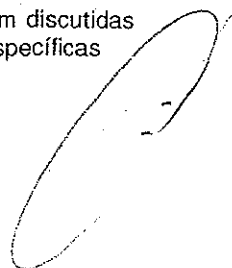
RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A - "Em Recuperação Judicial"
 NOTAS EXPLICATIVAS - 30 de Junho de 2010

6. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Jun/10		Dez/09
	Curto	Longo	Total
Classe I			
Funcionários		25.691	25.691
			24.045
Classe II			
Wells Fargo Trust	-	5.474	5.474
Sunrock Aircraft Corporation Limited:	-	4.332	4.332
International Leasing Finance Corporation	-	24.098	24.098
East Trust-Sub 3	-	863	863
Debis	-	313	313
GATX	-	1.855	1.855
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	(567)	(567)
			(2.210)
Classe III			
River One	-	185.396	185.396
Wells Fargo Bank Northwest (WELLS Fargo Trust)	-	3.784	3.784
RS Limited	-	29.731	29.731
Pembroke B737-7006 Leasing Limited	-	2.699	2.699
Rolls Royce	-	1.978	1.978
Banco Santos S.A.	-	4.266	4.266
Fundação Ruben Berta - Concursal	-	348	348
Outros		11.274	11.274
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	(3.136)	(3.136)
			(13.049)
		<u>298.399</u>	<u>298.399</u>
			<u>285.135</u>

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial está condicionado ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos, conforme descritos na nota explicativa.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas

4429

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A - "Em Recuperação Judicial"
NOTAS EXPLICATIVAS – 30 de Junho de 2010

7. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
PIS/COFINS a pagar	5.087	4.971
ICMS a pagar	26.190	24.118
Taxas e contribuições por conta de terceiros	1.766	1.734
	<u>33.043</u>	<u>30.823</u>

8. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
Notificação Fiscal de Lançamento Débito	44.650	43.725
FNDE – Salário Educação	1.693	1.647
Previdência Social INSS – Contribuição empregados / empresa	15.870	15.429
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	36.434	36.400
	<u>98.647</u>	<u>97.201</u>

9. FINANCIAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	<u>Jun/10</u>	<u>Dez/09</u>
PAES - Parcelamento Especial INSS	114.395	111.552
PAES - Parcelamento Especial Receita Federal (A)	226.371	222.884
Total – Curto prazo	<u>340.766</u>	<u>334.436</u>

(A) Aumento no passivo tributário referente PIS e COFINS, anos 2003 a 2005, já inscritos na dívida ativa da União.

24730
Ⓢ

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A - "Em Recuperação Judicial"
NOTAS EXPLICATIVAS - 30 de Junho de 2010

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de junho de 2010, foi provisionado o montante de R\$ 40.342 (R\$ 40.158 em 31 de dezembro de 2009), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

Natureza	Jun/10	Dez/09
Tributos não recolhidos por força de liminares e contingências fiscais	29.080	28.896
Trabalhistas	11.262	11.262
	<u>40.342</u>	<u>40.158</u>

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010, representado por ações sem valor nominal, está composta como segue:

Ações	Quantidade	Valor
Ordinárias	67.284	52.692
Preferenciais	59.133	46.308
	<u>126.417</u>	<u>99.000</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, podendo ser mantida sua proporcionalidade até o montante de dois terços do capital social.

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para reserva legal.

4431

RIO SÚL LINHAS AÉREAS S/A - "Em Recuperação Judicial"

NOTAS EXPLICATIVAS - 30 de Junho de 2010

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2001	10.480	24.041
2002	109.162	122.710
2003	118.856	118.856
2004	36.077	36.077
2005	72.986	72.986
2006	33.163	34.307
2007	537	562
2008	-	-
2009	91.423	91.423
2010	157	157
	<u>472.841</u>	<u>501.119</u>

13. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes de outras despesas operacionais, líquidas são:

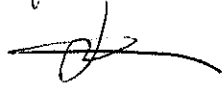
	Jun/10	Dez/09
Provisão para contingências	-	-
Atualização passivo contingente	(178)	(1.399)
Provisão para rescisão - funcionários	-	-
Juros e encargos sobre impostos em atraso	-	(14.368)
Despesa de exercícios passados (A)	(938)	(87.300)
Outras	(62)	(162)
	<u>(1.178)</u>	<u>(103.229)</u>

(A) - R\$ 86.457 referente a novos processos da receita federal (vide nota 9)

14. RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO

	Jun/10	Dez/09
Juros e correção s/ reestruturação-Recuperação Judicial	(7.224)	72.816
Juros e Encargos sobre Financ./Empréstimos	(14.743)	(4.657)
Outras Receitas Financeiras	-	6
Outras	-	1
	<u>(21.967)</u>	<u>68.166</u>

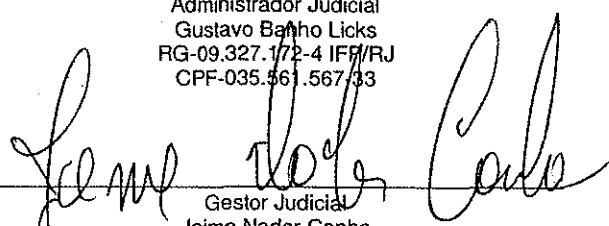
7

4732


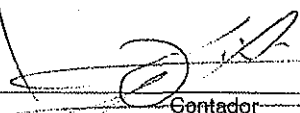
RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A - "Em Recuperação Judicial"
NOTAS EXPLICATIVAS - 30 de Junho de 2010



Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Bafno Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-03



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Gestador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

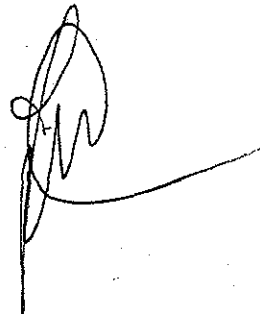
4783
~~8~~

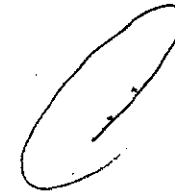
Rio Sul Linhas Aéreas S/A "FALIDO"

*Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009*

Rio Sul Linhas Aéreas S/A "FALIDO"
 Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
 (Em milhares de reais)

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	-	-	Fornecedores	33.461	33.699
Empresas relacionadas	-	-	Financiamentos de obrigações fiscais	342.877	334.436
Depósitos especiais	-	-	Taxas, impostos e contribuições	33.243	30.823
Pagamentos antecipados	1	1	Verbas rescisórias e encargos sociais em atraso	99.472	97.201
Total do circulante	1	1	Empresas relacionadas	47.931	47.609
			Provisões diversas	4	2
			Total do circulante	556.988	543.770
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empresas relacionadas	-	-	Empréstimos e financiamentos	294.223	285.135
Depósitos especiais	-	-	Empresas relacionadas	3.829	3.829
Depósitos judiciais	3.770	3.458	Provisão para contingências	40.848	40.158
Impostos a recuperar	-	-	Total do não circulante	338.900	329.122
Investimentos	-	-			
Imobilizado	98	42	PASSIVO A DESCOBERTO		
Diferido	-	-	Capital Social	99.000	99.000
Total do não circulante	3.868	3.500	Lucros (Prejuízos) acumulados	(991.019)	(968.391)
			Total do passivo a descoberto	(892.019)	(869.391)
TOTAL DO ATIVO	3.869	3.501	TOTAL DO PASSIVO	3.869	3.501






4435
✱

Rio Sul Linhas Aéreas S/A "FALIDO"
Demonstrações do Resultado para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Em milhares de reais, exceto o lucro ou (prejuízo) por ação)

RECEITAS OPERACIONAIS	2010	2009
Receita bruta de atividades	-	-
Outras receitas das atividades	-	-
Tributos	-	-
Receita líquida das atividades	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custos das atividades	-	-
Resultado de acordos das atividades	-	-
Outros custos das atividades	-	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		
DESPESAS OPERACIONAIS		
Vendas	-	-
Despesas administrativas/gerais	-	-
RESULTADO DAS ATIVIDADES	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Receitas financeiras	-	7
Despesas financeiras	(16.389)	(3.250)
Variações monetárias de obrigações e créditos	(4.962)	71.409
	(21.351)	68.166
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC. LIQUIDAS	(1.277)	(103.229)
PREJUÍZO LÍQUIDO OPERACIONAL	(22.628)	(35.063)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(22.628)	(35.063)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	(0,18)	(0,28)

4736
P

Rio Sul Linhas aéreas S/A "FALIDO"
Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido (Passivo a Descoberto) para os
exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(Em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de reavalia�o</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	99.000	-	-	(372.742)	(273.742)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(64.830)	(64.830)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	99.000	-	-	(437.572)	(338.572)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(47.494)	(47.494)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	99.000	-	-	(485.066)	(386.066)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(356.221)	(356.221)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	99.000	-	-	(841.287)	(742.287)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.239	16.239
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	99.000	-	-	(825.048)	(726.048)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(108.280)	(108.280)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	99.000	-	-	(933.328)	(834.328)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(35.063)	(35.063)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	99.000	-	-	(968.391)	(869.391)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(22.628)	(22.628)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	99.000	-	-	(991.019)	(892.019)

4737

Rio Sul Linhas Aéreas S/A "FALIDO"
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009
(em milhares de reais)

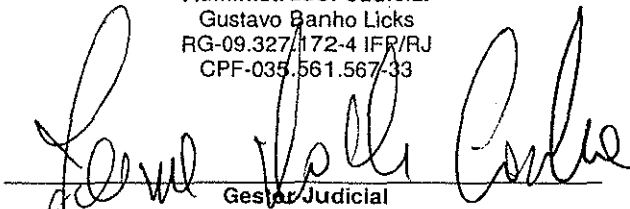
	2010	2009
Atividade operacional		
Lucro / Prejuízo do período	(22.628)	(35.063)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação amortização	-	134
Resultado da equivalência	-	5
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Redução empresas relacionadas	-	-
Aumento empresas relacionadas	322	364
Aumento/diminuição depósitos judiciais	312	(583)
Diminuição do imobilizado	-	-
Diminuição/aumento de pagamentos antecipados	-	1
Diminuição/aumento fornecedores	(238)	(18)
Provisão para contingências	690	1.491
Aumento obrigações trabalhistas	2.271	3.381
Aumento taxas Impostos e contribuições	2.420	1.292
Diminuição/aumento provisão para contingências	-	-
Aumento provisões diversas	2	2
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(16.849)	(28.994)
Atividades de Investimentos:		
Aumento/diminuição ativo permanente	56	14
Investimento em empresas relacionadas	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	56	14
Atividades de financiamentos:		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.088	(72.842)
Financiamentos de obrigações fiscais	8.441	100.825
Varição Cambial de créditos	(736)	997
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	16.793	28.980
Acréscimo líquido de caixa	-	-
Disponibilidades no início do exercício	-	-
Disponibilidade no final do exercício	-	-

Rio Sul Linhas Aéreas S/A "FALIDO"

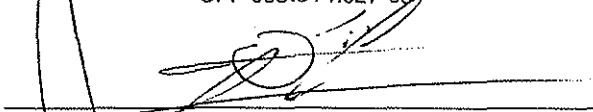
4438
✍



Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

4739
P

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “FALIDO”
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo seu montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

c) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. Entretanto, devido a lei de falência nº. 11.101 de 09/02/2005, os valores relativos a essas transações, constantes do QGC (Quadro Geral de Credores) foram corrigidos até 20/08/2010, data da decretação da falência.

d) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

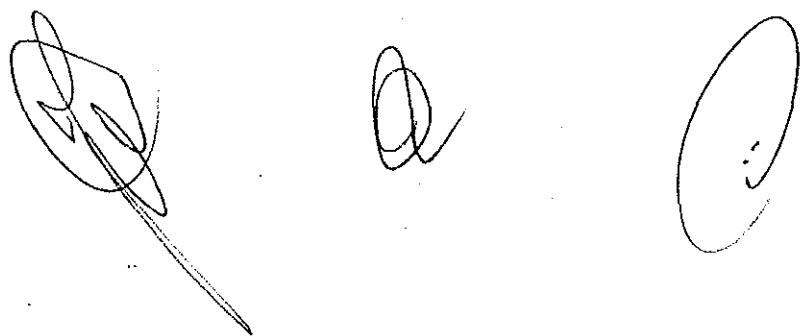
Itens sujeitos a atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

e) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

g) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido das reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tendo como base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas,



4740
D

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “FALIDO”
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

h) Empréstimos e Financiamentos

Atualizados com base nas correções monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

j) Provisões

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.

k) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

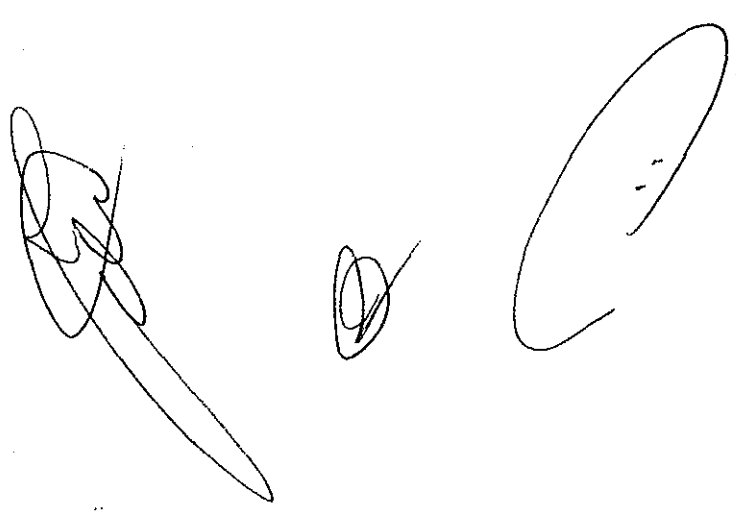
Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

l) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações nas datas de encerramento dos exercícios.

m) Demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.



9441
/

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “FALIDO”
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

3. CONTAS A RECEBER

	2010	2009
No país	37.929	37.929
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(37.929)	(37.929)

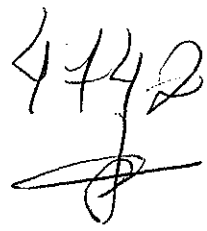
4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
	ATIVO		PASSIVO		ATIVO		PASSIVO	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Nordeste Linhas Aéreas-“Em recuperação Judicial”	-	-	98	109	-	-	-	-
Fundação Ruben Berta	-	-	122	122	-	-	-	-
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A.	-	-	6.849	6.849	-	-	-	-
S.A. Viação Aérea Rio Grandense “Em Recuperação Judicial”	-	-	40.861	40.529	-	-	3.829	3.829
	-	-	47.930	47.609	-	-	3.829	3.829

5. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	2010		2009	
		Depreciação			
		Custo	Acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado técnico:					
Imóveis	-20	146	48	98	42
Total do imobilizado		146	48	98	42

Não houve aumento no valor dos bens. O valor da conta de depreciação foi reduzida em função de ajustes na mesma.

4742


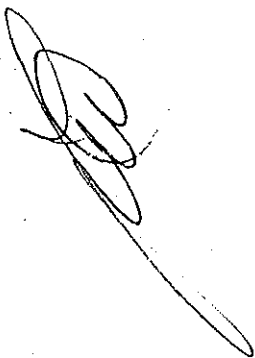
RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “FALIDO”
 NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

6. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2010		2009
	Curto	Longo	Total
Classe I			
Funcionários		25.686	25.686
			24.045
Classe II			
Wells Fargo Trust	-	5.474	5.474
Sunrock Aircraft Corporation Limited:	-	4.332	4.332
International Leasing Finance Corporation	-	24.098	24.098
East Trust-Sub 3	-	863	863
Debis	-	313	313
GATX	-	1.855	1.855
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	(1.235)	(1.235)
			(2.210)
Classe III			
River One	-	185.396	185.396
Wells Fargo Bank Northwest (WELLS Fargo Trust)	-	3.784	3.789
RS Limited	-	29.731	29.731
Pembroke B737-7006 Leasing Limited	-	2.699	2.699
Rolls Royce	-	1.978	1.978
Banco Santos S.A.	-	4.266	4.266
Fundação Ruben Berta - Concursal	-	348	348
Outros	-	11.274	11.207
Correção monetária conforme Plano de Recuperação Judicial	-	(6.639)	(6.639)
			(13.049)
		<u>294.223</u>	<u>294.223</u>
			<u>285.135</u>

O pagamento dos saldos em aberto, conforme Plano de Recuperação Judicial está condicionado ao fluxo das empresas em Recuperação Judicial (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), e os novados com a realização dos Ativos alienados a SPE - Sociedade de Propósitos Específicos, conforme descritos na nota explicativa.

As atualizações cambiais e financeiras previstas no Plano de Recuperação foram discutidas com os respectivos credores e foram lançadas de forma consolidada em contas específicas





4443
P

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “FALIDO”
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

7. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
PIS/COFINS a pagar	5.151	4.971
ICMS a pagar	26.309	24.118
Taxas e contribuições por conta de terceiros	<u>1.783</u>	<u>1.734</u>
	<u>33.243</u>	<u>30.823</u>

8. VERBAS RESCISÓRIAS E ENCARGOS SOCIAIS EM ATRASO

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Notificação Fiscal de Lançamento Débito	45.016	43.725
FNDE – Salário Educação	1.711	1.647
Previdência Social INSS – Contribuição empregados / empresa	16.059	15.429
Verbas rescisórias funcionários Brasil – Classe I	<u>36.684</u>	<u>36.400</u>
	<u>99.470</u>	<u>97.201</u>

9. FINANCIAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
PAES - Parcelamento Especial INSS	115.343	111.552
PAES - Parcelamento Especial Receita Federal	<u>227.533</u>	<u>222.884</u>
Total – Curto prazo	<u>342.876</u>	<u>334.436</u>

10. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2010, foi provisionado o montante de R\$ 40.848 (R\$ 40.158 em 31 de dezembro de 2009), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

4744
P

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “FALIDO”
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

Natureza	2010	2009
Tributos não recolhidos por força de liminares e contingências fiscais	29.799	28.896
Trabalhistas	11.049	11.262
	<u>40.848</u>	<u>40.158</u>

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2010, representado por ações sem valor nominal, está composta como segue:

Ações	Quantidade	Valor
Ordinárias	67.284	52.692
Preferenciais	59.133	46.308
	<u>126.417</u>	<u>99.000</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto, podendo ser mantida sua proporcionalidade até o montante de dois terços do capital social.

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para reserva legal.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2010, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

Ano	Imposto de renda	Contribuição social
2001	10.480	24.041
2002	109.162	122.710
2003	118.856	118.856
2004	36.077	36.077
2005	72.986	72.986
2006	33.163	34.307
2007	537	562
2008	-	-
2009	91.423	91.423
2010	<u>157</u>	<u>157</u>
	<u>472.841</u>	<u>501.110</u>

4745
A

RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “FALIDO”
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010

13. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes de outras despesas operacionais, líquidas são:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisão para contingências	-	-
Atualização passivo contingente	(212)	(1.399)
Provisão para rescisão - funcionários	-	-
Juros e encargos sobre impostos em atraso	-	(14.368)
Despesa de exercícios passados (A)	(935)	(87.300)
Outras	<u>(130)</u>	<u>(162)</u>
	<u>(1.277)</u>	<u>(103.229)</u>

(A) No ano corrente, diferentemente do ano de 2009, que houve acréscimo de R\$ 86.457, relativa a inclusão de novos processos da receita federal, não ocorreram oscilações significativas no ano corrente.

14. RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO

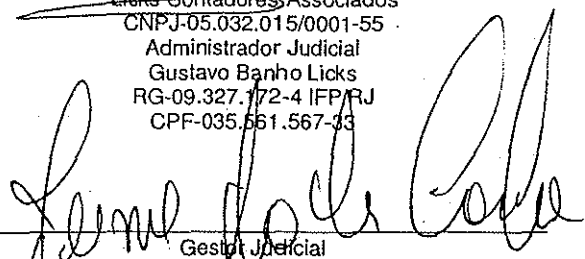
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Juros e correção s/ reestruturação-Recuperação Judicial	(2.216)	72.816
Juros e Encargos sobre Financ./Empréstimos	(19.135)	(4.657)
Outras Receitas Financeiras	-	6
Outras	-	<u>1</u>
	<u>(21.351)</u>	<u>68.166</u>

4746


RIO SUL LINHAS AÉREAS S/A – “FALIDO”
NOTAS EXPLICATIVAS – 31 de Dezembro de 2010



Licks Contadores Associados
CNPJ-05.032.015/0001-55
Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
RG-09.327.172-4 IFP/RJ
CPF-035.561.567-33



Gestor Judicial
Jaime Nader Canha
RG-07958627-7 IFP/RJ
CPF-939.544.927-68



Contador
Aldo de Oliveira
CRC-1SP270251
CPF - 007.734.408-10

VINHAS E PESSÔA ADVOGADOS

4247
vef

Álvaro Pessoa
Celso Simões Vinhas
Cláudio Köhler
Maurício Mourão
Álvaro Piquet Pessoa
William Figueiredo de Oliveira
Gustavo Barbosa Vinhas
Barbara Vorndran
Artur Carvalho Pippi
José Volenberg F. Lins Filho
Daniel D'Aló de Oliveira
Marcelo Marinho
Vinícius Barcelos Moreira


Márcio Tavares Felgueiras
Renata Cunha S. Pinheiro
Elaine Cristina Cordioli
Edward Cardoso Junior
Saulo Figueroa Freire
Eduardo N. R. Garneiro Torres
Mauro Trovatto
Gustavo Wermelinger Pimenta
Celino Barbosa de Souza Netto
Fábio Alexandre Costa
Patrícia Pippi
Mariana Pinto Bravo C. Ribeiro

Milene Fiuza da Silva Lima
Oriwaldo Rocha
Diogo Nascimento da Silva
Lucas Borges de Barros Ferraresso
Thais Ramirez Fortuna
Paola Machado

Consultores
José Augusto Galdino da Costa
José Alfredo Corrêa
Luiz Prado

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo nº 0260447-16.2010.8.19.0001

T. do DJ e, depois,
a n.º
02.10/12


PFCAP ENP01 201202175533 08/05/12 16:29:5512891 20687632

TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S/A – TAP M&E

Brasil, pessoa jurídica de direito privado com sede na Estrada das Canárias, 1862, prédio 2, bloco C, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.775.827/0001-28, vem, nos autos da falência de S.A. (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE) E OUTROS, por seu procurador *in fine* assinado (Doc. 01), vem informar para ao final requerer o que se segue:

1. A TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S/A é empresa do GRUPO TAP PORTUGAL, controlado pelo governo português. Tendo em vista o processo de privatização do grupo, amplamente noticiado nos meios de comunicação, as empresas do Grupo necessitam realizar a aquisição das ações em poder de acionistas minoritários.



São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Recife	Bauru	Associado a
Av. 9 de Julho, 4877, cj. 81, torre B - Jardim Paulista CEP 01407-200 Tel. 11 2139-9888	Rua 7 de Setembro, nº 111 21º e 22º andares - Centro CEP 20050-002 Tel. 21 2509-2886	Rua 17 de Junho, nº 415 Menino Deus CEP 90110-170 Tel. 51 3276-9888	Rua Gal. Mac Arthur, nº 418 Edf. Emp. Unicenter, Sala 807 CEP 51160-280 Tel. 81 3497-4132	Av Nações Unidas, nº 17/17 2º andar - Centro CEP 17013-035 Tel. 14 2107-9888	SFJ Cabinet Lahmani Avocats à la Cour 122 av. des Champs Elysées 75008 Paris - França Tel. 33 1 4413-6363

2. Tal medida é necessária para que haja uma concentração das ações das empresas do Grupo TAP tornando assim o processo de privatização mais célere.

3. A FALIDA possui em seu ativo ações da TAP M&E Brasil, sendo do interesse da Requerente realizar a compra das mesmas.

4. Denote-se que a TAP M&E Brasil apresenta prejuízos acumulados desde sua criação em 2002 até os dias de hoje, conforme se verifica nas demonstrações financeiras dos dois últimos anos (Doc. 02).

5. Portanto, as ações da TAP M&E Brasil em poder da FALIDA não possuem qualquer valor de mercado, sendo que a venda das mesmas não acarretaria qualquer prejuízo às partes, nem tampouco aos credores.

6. A compra das ações pela TAP M&E Brasil tornaria o processo de falência mais célere e haveria alguma arrecadação para a FALIDA, em se tratando de um bem do ativo que não possui valor positivo, com base nas últimas demonstrações financeiras da empresa.

7. Logo, conclui-se que com a operação de compra e venda das referidas ações, tanto a FALIDA, quanto seus credores e a própria Requerente seriam de alguma forma beneficiados.

8. Pelo exposto, com fulcro nos arts. 139 e seguintes da Lei 11.101/2005, em especial os art. 142 e 144 do referido diploma, a TAP M&E Brasil, ora Requerente, vem apresentar a V. Exa. proposta judicial de compra das referidas ações pela quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

8. A fim de efetivar e legalizar a operação, a Requerente solicita a intimação do Ilustre Administrador Judicial para que o mesmo tenha ciência e se manifeste sobre a proposta formal de compra das ações da TAP M&E Brasil, bem como, seja realizada a intimação do i. membro do Ministério Público.



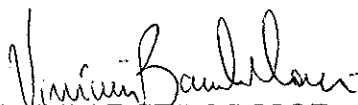
4749
m

9. Após, realizados os trâmites legais a Requerente requer a V. Exa. que seja deferida a operação de compra e venda judicial das ações da TAP M&E Brasil de propriedade da falida e que compõe seu ativo, nos termos da lei 11.101/2005.

N. termos,

E. deferimento.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2012.



VINÍCIUS BARCELOS MOREIRA - OAB/RJ 126.966

4750
my

DOC. 01

4751
M

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S/A empresa com endereço a Estrada das Canárias, n.º 1862, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.775.827/0001-28, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, neste ato representada por sua Diretora Senhora GLAUCIA CRISTINA DA CUNHA LOUREIRO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 07051548-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF n.º 864.115.277-68, com escritório na Estrada das Canárias, n.º 1862, Prédio II, bloco A, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, Cep 21.941-480, doravante denominada Outorgante, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados, abaixo qualificados, podendo atuar conjunta ou separadamente, de acordo com os poderes a seguir conferidos:

Qualificação dos Mandatários:

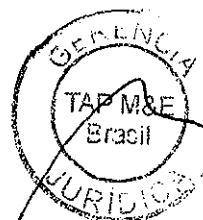
ÁLVARO ALMÉRIO DE AZEVEDO PESSÔA DOS SANTOS, ÁLVARO PIQUET CARNEIRO PESSÔA DOS SANTOS, WILLIAM FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, MAURICIO MOURÃO, CLAUDIO KÖHLER, BARBARA VORNDRAAN CARVALHO DE SOUZA, CELSO VINHAS, GUSTAVO BARBOSA VINHAS, MARCELO MARINHO PEREIRA DE OLIVEIRA, VINÍCIUS BARCELOS MOREIRA, MÁRCIO TAVARES FELGUEIRAS, RENATA CUNHA PINHEIRO, GUSTAVO WERMELINGER PIMENTA, RAPHAEL MONTEIRO DE BARROS, GEÓRGIA GUIMARÃES DE VASCONCELOS, DANIEL D'ALÓ DE OLIVEIRA, ARTUR PIPPI, ELAINE CRISTINA CORDIOLI, LUCIANA SOTTOMAYOR, MARIANA PINTO BRAVO CARNEIRO RIBEIRO, LEANDRO DE CASTRO CRESPO, ORIWALDO ROCHA DE SANT'ANNA, MILENE FIUZA DA SILVA LIMA, THAÍS RAMIREZ FORTUNA e PAOLA MACHADO TOCANTINS, advogados os vinte primeiros, acadêmicos de direito os demais, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, respectivamente, sob os números, 12.669/RJ, 93.450/RJ, 84.529/RJ, 53.484/RJ, 63.129/RJ, 112.676/RJ, 23.835/SP, 255.427/SP, 125.455/RJ, 126.966/RJ, 90.285/RJ, 126.462/RJ, 157.781/RJ, 159.572/RJ, 159.792/RJ, 30.659/RS, 35.028/RS, 273.428/SP, 163.414/RJ, 171.597/RJ, 172.774/RJ, 171.758/RJ, 174.107-E/RJ, 190.778-E/RJ e 184.576-E/RJ, com escritório na cidade do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 111/ 21º e 22º andares, Centro, CEP 20.050-002, telefone (21) 2509-2886, Fax (21) 2507-1993.

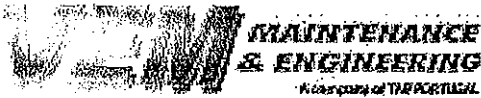
Poderes Conferidos

Ad judicium et extra (Lei nº 8.906 de 04 de julho de 1994, publicada no D.O. de 05/07/94), podendo acordar, transigir, desistir, aceitar ou não a conciliação, receber e dar quitação, substabelecer, podendo tomar todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis na defesa de seus interesses na Justiça Estadual e Federal, Secretaria da Fazenda Municipal e Estadual, Secretaria da Receita Federal e na Procuradoria da Fazenda Nacional.

Rio de Janeiro, 16 de Abril de 2012.


GLAUCIA CRISTINA DA CUNHA LOUREIRO





4752
my

VEM Manutenção e Engenharia S.A.
CNPJ/MF nº 04.775.827/0001-28
NIRE: 33.3.0026936-3
Companhia Fechada

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
realizada em 8 de outubro de 2008.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada às 10:00h, do dia 8 de outubro de 2008, na sede social da VEM Manutenção e Engenharia S.A. ("VEM" ou "Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada das Canárias, nº 1.862, Prédio 2, cobertura, Ilha do Governador.
2. **PRESENÇA:** Acionistas representando aproximadamente 90% (noventa por cento) do capital social com direito a voto.
3. **CONVOCAÇÃO:** Edital publicado no Diário Mercantil nas edições dos dias 30 de setembro de 2008, e 01 e 02 de outubro de 2008, páginas 8, 8 e 10, respectivamente, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas edições dos dias 30 de setembro de 2008, e 01 e 02 de outubro de 2008, páginas 5, 3 e 4, respectivamente.
4. **MESA:** Presidente: Filipe Rosa da Silva Moraes de Almeida, que convidou a mim, Bernardo Accioly Molin, para secretariar os trabalhos.
5. **ORDEM DO DIA:**
 - (i) Deliberar sobre a homologação do aumento do capital social da Companhia, aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de julho de 2008;
 - (ii) Aprovar a alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; e
 - (iii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.
6. **DELIBERAÇÕES:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue:
 - 6.I. Registrar que a ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária será lavrada na forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76.

4753
M

6.II. Foi colocado em discussão e votação o item (i) da ordem do dia, tendo sido aprovado, pela unanimidade dos acionistas presentes, a homologação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 59.675.673,08 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais e oito centavos), mediante a emissão de 2.869.022.744 (dois bilhões, oitocentas e sessenta e nove milhões, vinte e dois mil e setecentos e quarenta e quatro) novas ações ordinárias da VEM, nominativas, sem valor nominal, conforme aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de julho de 2008.

Tendo em vista que, após o decurso do prazo decadencial de 30 (trinta) dias, conforme Aviso aos Acionistas publicado no Diário Mercantil e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas edições do dia 03 de setembro de 2008, os demais acionistas da VEM não se manifestaram sobre seus respectivos direitos de preferência decorrentes do aumento de capital ora homologado, o acionista Aero-LB Participações S.A., de acordo com o disposto no § 8º do art. 171 da Lei 6.404/76, manifestou o seu interesse pela subscrição das sobras das ações decorrente do aumento do capital social total aprovado na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de julho de 2008, qual seja R\$ 66.300.000,00 (sessenta e seis milhões e trezentos mil reais), com a emissão de 3.187.500.000 (três bilhões, cento e oitenta e sete milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias, sem valor nominal.

Assim sendo, o acionista Aero-LB Participações S.A. subscreveu, neste ato, 318.477.256 (trezentos e dezoito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis) novas ações ordinárias da VEM, nominativas sem valor nominal, no valor total de R\$ 6.624.326,92 (seis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos), ao preço de R\$ 0,0208 por ação, e integralizou mediante da capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAÇ) realizados em favor da Companhia, conforme boletim de subscrição anexo (Anexo I).

6.III. Em seguida, passando à discussão do item (ii) da ordem do dia, foi aprovada, pelo acionista Aero-LB Participações, a alteração do art. 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 5.º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 568.022.847,95 (quinhentos e sessenta e oito milhões, vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 3.689.222.848 (três bilhões, seiscentos e oitenta e nove

M²

4754
m

milhões, duzentos e vinte e duas mil, oitocentos e quarenta e oito) ações, todas ordinárias, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo Segundo – Por decisão dos acionistas, as ações poderão ser mantidas sob a forma escritural, em conta de depósito em nome de seus titulares junto a uma instituição financeira indicada pela diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo terceiro do artigo 35 da Lei nº 6.404/76”.


6.IV. Por fim, foi aprovada, pelo acionista Aero-LB Participações, a consolidação do Estatuto Social da Companhia que, após incorporada a alteração mencionada no item 6.III acima, passa a vigorar com a redação do Anexo II à presente Ata.



7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, é assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário, passando a constar do livro próprio.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2008.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia)


Bernardo Accioly Molin
Secretário



	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : VEM MANUTENCAO E ENGENHARIA S/A	
Nire : 33.3.0026936-3	
Protocolo : 07-2008/175604-6 - 28/10/2008	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM	30/10/2008. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.	
00001853408	
DATA 30/10/2008	
	 Valéria G.M. Serra SECRETÁRIA GERAL

4755
my

ANEXO I

VEM MANUTENÇÃO E ENGENHARIA S.A.

Estrada das Canárias, nº 1.862, Prédio 2, cobertura
Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ
CNPJ nº 04.775.827/0001-28

DATA: 8 de outubro de 2008

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Características da Emissão

Emissão de 318.477.256 (trezentos e dezoito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pela VEM Manutenção e Engenharia S.A. ("VEM"), aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de outubro de 2008, no valor de R\$ 6.624.326,92 (seis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e dois centavos). O preço unitário de emissão é de R\$ 0,0208 por ação.

Qualificação do Subscritor

NOME / RAZÃO SOCIAL	CNPJ	
Aero-LB Participações S.A.	04.819.794/0001-70	
ENDEREÇO	nº	comp.
Praça Dom José Gaspar - São Paulo - SP.	134	16º andar

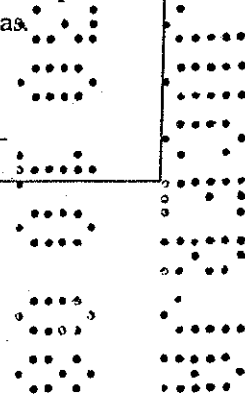
Ações Subscrita

VALOR DA SUBSCRIÇÃO:	VALOR POR AÇÃO
R\$ 6.624.326,92	R\$ 0,0208
	QUANTIDADE DE AÇÕES SUBSCRITAS
	318.477.256

Declaração

Declaramos para todos os fins que estamos de acordo com as condições expressas no presente boletim, bem como que tomamos conhecimento das características das ações ora subscritas.
Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2008

Cristina M. Camara
AERO-LB PARTICIPAÇÕES S.A.



4756
M

Anexo II

VEM Manutenção e Engenharia S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO

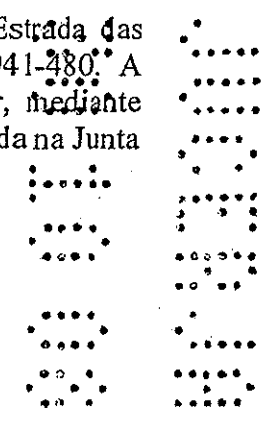
Artigo 1º - A VEM Manutenção e Engenharia S.A. é uma Companhia por ações que se rege pela legislação aplicável e por este estatuto.

Artigo 2º - O objeto da Companhia é o de:

- (a) Executar serviços de manutenção em aeronaves civis e militares, suas partes, peças e acessórios.
- (b) Executar conserto, restauração, manutenção e conservação de máquinas, veículos, motores e outros equipamentos.
- (c) Prestar serviços de consultoria e assistência técnica.
- (d) Desenvolver e executar projetos de engenharia.
- (e) Desenvolver e executar programas de treinamento e formação técnica.
- (f) Fabricar e comercializar peças, partes e conjuntos.
- (g) Exercer representação comercial de fornecedores da indústria.
- (h) Arrendar e sublocar aeronaves, motores, suas partes, peças e acessórios, bem como de máquinas, veículos e equipamentos.
- (i) Participar do capital social de outras companhias.

Artigo 3º - A Companhia tem sede na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Estrada das Canárias, nº 1862, Prédio 2, Bloco C, Ilha do Governador, RJ, CEP 21941-480. A Companhia poderá criar sucursais, filiais ou agências, no país ou no exterior, mediante prévia aprovação de sua Diretoria, manifestada em reunião, cuja ata será arquivada na Junta Comercial e aplicada na forma da lei.

Artigo 4º - É indeterminado o prazo de duração da Companhia.



M

CAPÍTULO II

CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5.º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 568.022.847,95 (quinhentos e sessenta e oito milhões, vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), dividido em 3.689.222.848 (três bilhões, seiscentos e oitenta e nove milhões, duzentos e vinte e duas mil, oitocentos e quarenta e oito) ações, todas ordinárias, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo Segundo – Por decisão dos acionistas, as ações poderão ser mantidas sob a forma escritural, em conta de depósito em nome de seus titulares junto a uma instituição financeira indicada pela diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo terceiro do artigo 35 da Lei nº 6.404/76.

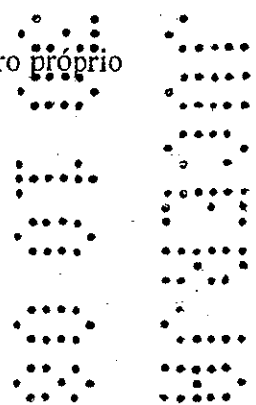
CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO

Artigo 6.º – A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Único – Aos Conselheiros de Administração e aos Diretores aplicar-se-ão as seguintes normas comuns:

- I. Serão eleitos para mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo demissíveis a qualquer tempo;
- II. Tomarão posse de seus cargos por termo lavrado e assinado no livro próprio do órgão respectivo, dispensada qualquer garantia da gestão;
- III. Perceberão a remuneração que lhes fixar a Assembléia Geral.



4758
cmj

SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

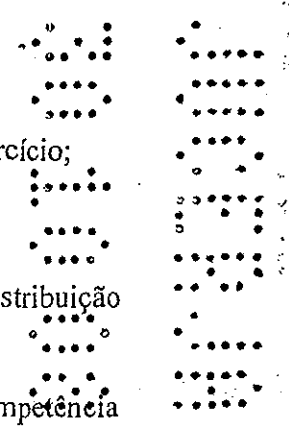
Artigo 7º -- O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 5 (cinco) acionistas, residentes no País ou não, eleitos pela Assembléia Geral, que também escolherá o Presidente e o Vice-Presidente desse órgão.

Artigo 8º - Na hipótese de vacância de cargo ou de impedimento do titular, observar-se-á o seguinte: o Presidente será substituído pelo Vice Presidente; este ou qualquer outro Conselheiro de Administração será substituído pelo acionista que for nomeado pelos demais Conselheiros. O substituto que preencher o cargo vago, permanecerá até a primeira Assembléia Geral, que elegerá o acionista para completar o prazo de gestão do substituído.

Parágrafo único - Findo o prazo do mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos seus respectivos cargos até a eleição e posse dos seus sucessores.

Artigo 9º - O Conselho de Administração terá as funções e os poderes que a lei e este estatuto lhe conferem, notadamente:

- a) Estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da sociedade;
- b) Convocar as assembléias gerais através do seu Presidente ou por dois Conselheiros quaisquer;
- c) Eleger e destituir os Diretores da sociedade, fixar-lhes as atribuições, estabelecer as suas respectivas remunerações, nos limites estabelecidos pela Assembléia Geral e eleger o Diretor Executivo, quando solicitado pela Diretoria;
- d) Manifestar-se previamente sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do Exercício bem como balancetes mensais;
- e) Aprovar o orçamento geral da sociedade e manifestar-se sobre o de suas controladas;
- f) Fiscalizar a gestão dos Diretores;
- g) Submeter à Assembléia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício;
- h) Escolher e destituir os auditores independentes da sociedade;
- i) Deliberar sobre a emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, nos termos da regulamentação aplicável;
- j) Deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, no limite de sua competência legal;



4759
M

- k) Deliberar, nos limites da delegação que lhe for atribuída pela Assembléia Geral, sobre a emissão de debêntures conversíveis ou não em ações;
- l) Autorizar a aquisição de ações da própria sociedade para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como sua subsequente alienação;
- m) Atribuir a administradores e/ou empregados participação nos lucros da sociedade;
- n) Exercer outras atribuições legais que lhes sejam conferidas pela Assembléia Geral, bem como resolver os casos omissos nesse estatuto social.

Artigo 10º - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro As reuniões deverão ser convocadas por escrito, com breve exposição da ordem do dia, com pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, a não ser que todos os Conselheiros dispensem tal formalidade.

Parágrafo segundo - A sessão do Conselho de Administração somente poderá se instalar e funcionar com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Conselheiros.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho de Administração somente serão válidas se aprovadas pelo voto da maioria de seus membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade no caso de empate, sem prejuízo de seu próprio voto.

Artigo 11 - Assembléia Geral fixará a remuneração dos administradores em montante global e caberá ao Conselho de Administração proceder à respectiva distribuição entre eles.

SEÇÃO II - DIRETORIA

Artigo 12 - A Diretoria será composta de 3 (três) a 5 (cinco) membros, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração; um deles designar-se-á Diretor Presidente, cada um dos demais, pela expressão "Diretor", podendo ser destituídos da função, a qualquer tempo.

Artigo 13 - Na hipótese de vacância de cargo ou de impedimento de titular, qualquer um dos Diretores será substituído pelo Diretor Presidente, por quem este indicar ou por quem for eleito pelo Conselho de Administração. O substituto que preencher o cargo vago completará o prazo de gestão do substituído. O substituto, provisório ou definitivo, assumirá todos os poderes e atribuições do substituído.

4760
my

Parágrafo Único - Vagando o cargo de Diretor Presidente, por solicitação dos demais Diretores, o Conselho de Administração elegerá o novo Diretor Presidente.

Artigo 14 - Exceto para receber citações e intimações e para prestar oralmente depoimento pessoal em nome da Sociedade, em juízo ou processo administrativo, — atos nos quais qualquer um dos Diretores poderá representá-la individualmente —, a Sociedade será representada, ativa e passivamente, por dois quaisquer de seus Diretores, atuando sempre em conjunto, ressalvada a faculdade prevista no § 1º, deste artigo e obedecidos os parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º deste artigo.

Parágrafo Primeiro — Observadas as previsões deste Estatuto, os membros da Diretoria serão investidos dos poderes necessários para administrar e representar a sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora deste, inclusive perante quaisquer autoridades ou órgãos públicos federais, estaduais e municipais; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos negociáveis, emitir e endossar cheques, abrir e movimentar contas bancárias; receber e dar quitação ou exoneração; nomear procuradores com poderes das cláusulas *ad judicia* e *ad negotia*, especificando na procuração os poderes outorgados e o prazo de validade dos mesmos.

Parágrafo Segundo — Entre os poderes e atribuições dos Diretores se compreendem:

- (a) Execução das prioridades e objetivos estratégicos da sociedade;
- (b) Execução dos objetivos e dos critérios da política financeira da sociedade;
- (c) Execução da política de comunicação da sociedade;
- (d) Autorização da instalação ou do fechamento de filiais em qualquer localidade do país, ou no exterior;
- (e) Propositura à Assembléia Geral da distribuição de dividendos intermediários e intercalares, bem como do pagamento de juros sobre o capital próprio;
- (f) Propositura de negócios e de interesses a qualquer subsidiária da sociedade, incluindo a indicação de diretores para as empresas;
- (g) Aprovação de transações comerciais com terceiros, sempre no interesse da sociedade, até o limite de sua alçada;

4761
m

(li) Nos termos do *caput*, e com observância dos parágrafos seguintes destes artigos, os de assinar documentos que envolvam obrigações para a Sociedade (tais como cheques, duplicatas, títulos de crédito em geral, contratos de qualquer natureza), bem como os de praticar todo e qualquer ato legal de administração, de aquisição, de disposição e de garantia, que sempre deverá ser de utilidade ou interesse da sociedade.

Parágrafo Terceiro - Dependirão de prévia aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, após a respectiva aprovação do Conselho de Administração, quaisquer atos ou negócios jurídicos que envolverem importância superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo Quarto - Dependirão de prévia aprovação do Conselho de Administração a prática de quaisquer atos ou negócios jurídicos que envolverem importância entre R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Parágrafo Quinto - Dependirão de prévia aprovação da Diretoria, como colegiado, os atos de alienação ou aquisição de bens do ativo permanente, ou de constituição de ônus e os de prestação de garantias a obrigações de terceiros ou exoneração ou renúncia, de valor entre R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo Sexto - Abaixo do limite de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) os atos e negócios jurídicos de qualquer tipo, (excetuados os do parágrafo 5º) poderão ser praticados e realizados por deliberação de quaisquer dois Diretores, em conjunto.

Artigo 15 - Cada um dos Diretores terá os poderes necessários para resolver os assuntos atinentes aos serviços da sociedade que lhes forem atribuídos pelo Conselho de Administração, prestando contas à Diretoria como colegiado.

Parágrafo Único - Fica vedada à Diretoria a utilização dos poderes que lhe confere o parágrafo único, do artigo 122, da Lei nº 6.404, de 15/12/76, exceto se expressamente autorizado por todos os acionistas, por escrito.

Artigo 16 - A reunião da Diretoria somente poderá se instalar e funcionar com a presença da maioria dos diretores em exercício.

Parágrafo Único - As deliberações serão tomadas por maioria dos votos presentes. Em caso de empate, a matéria será obrigatoriamente submetida ao Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV

CONSELHO FISCAL

Artigo 17- A companhia terá um Conselho Fiscal de caráter não permanente. Seu funcionamento dependerá de pedido de acionistas que representem ações em número legal para requer a instalação do órgão.

6

4762
M

Parágrafo Primeiro – O conselho fiscal será composto, normalmente, de 3 (três) membros efetivos e de 3 (três) suplentes. Será acrescido de mais 2 (dois) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, sempre que necessário para observância das normas legais que asseguram a titulares de ações preferenciais e a acionistas minoritários o direito de eleger, separadamente, um conselheiro fiscal e o suplente respectivo.

Parágrafo Segundo – Os membros do conselho fiscal deverão preencher os requisitos legais; poderão ser acionistas ou não; e serão eleitos pela Assembléia Geral pelo prazo da lei, permitida as reeleições.

Parágrafo Terceiro – Os conselheiros fiscais em exercício escolherão, de entre eles mesmos, o presidente do órgão, podendo dar-lhe substituto por deliberação da maioria.

Parágrafo Quarto – O conselho fiscal terá as atribuições e poderes, os deveres e responsabilidades que a lei confere a esse órgão.

Parágrafo Quinto - Os membros em exercício do conselho fiscal terão a remuneração que observado o mínimo estabelecido em lei, for fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

CAPÍTULO V

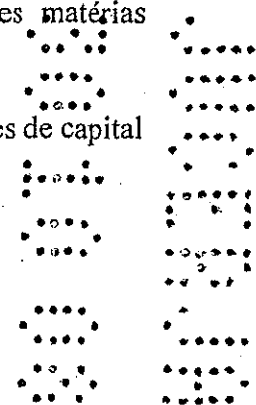
ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 18 - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até o 4.º (quarto) mês seguinte do término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas.

Parágrafo Único – Para compor a mesa que dirigirá os trabalhos da Assembléia, os acionistas presentes escolherão um presidente, ao qual caberá a designação de um secretário.

Artigo 19 – Será necessário o voto dos acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social para que a Assembléia possa aprovar as seguintes matérias submetidas à sua deliberação:

- (a) Emissão de ações e/ou chamadas e decisões sobre aumento de capital, aportes de capital ou financiamentos equivalentes dos acionistas;
- (b) Alteração do Estatuto Social;
- (c) Operações de fusão, incorporação ou cisão;
- (d) Alienação de todos ou de parte substancial dos ativos da sociedade;



7

4703
m

- (e) Pagamento de dividendos superiores a 25% do lucro apurado no exercício anterior;
- (f) Pagamento de juros sobre o capital próprio que exceda a 25% do lucro acumulados ou reserva de lucros;
- (g) Requerimento ou desistência a eventual processo de falência ou concordata da sociedade;
- (h) Compra, venda e/ou qualquer outro modo de transferência de qualquer imóvel da sociedade ou de sua oneração, criação de ônus ou gravames sobre qualquer ativo da sociedade de valor superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Artigo 20 - A Assembléia Geral será convocada por anúncio publicado na imprensa, o qual deverá conter as indicações determinadas na lei.

Artigo 21 - A prova da qualidade de acionistas e a de representante legal far-se-á conforme a lei.

Artigo 22 - Ficará na dependência de deliberação da Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, o aumento de capital mediante o aproveitamento de quaisquer reservas ou lucros.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DO LUCRO, BALANÇOS SEMESTRAIS E DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS

Artigo 23 - O exercício social terá início em 1º de Janeiro e terminará em 31 de Dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações contábeis.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais ou intermediários sempre que julgar conveniente. Os resultados apurados nestes balanços podem ser destinados para distribuição de dividendos intermediários, ou intercalares ou para outras aplicações, mediante aprovação do Conselho de Administração e a critério da Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo - A Diretoria poderá propor a distribuição de juros sobre o capital próprio quando julgar conveniente, que deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração para ser submetida à apreciação da Assembléia Geral.

Parágrafo Terceiro - Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido verificado será deduzido:

4764
m

- a) 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; e
- b) 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição de dividendo obrigatório aos acionistas. O saldo ficará à disposição da Assembléia Geral, que deliberará sobre sua aplicação.


Artigo 24 - O pagamento de dividendos será feito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data em que forem aprovados, pelo seu valor atualizado até a data do efetivo pagamento. Salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, os dividendos deverão ser pagos dentro do exercício social em que forem declarados.

CAPÍTULO VII

LIQUIDAÇÃO

Artigo 25 - Extinguir-se-á a Sociedade nos casos previstos em lei, competindo à Assembléia Geral nomear o liquidante e eleger o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Estatuto Social aprovado na Assembléia Geral Extraordinária de 08 de outubro de 2008.

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Nome: VEM MANUTENCAO E ENGENHARIA S/A Nire: 33.3.0026936-3 Protocolo: 07-2008/175604-6 - 28/10/2008 CERTIFICAMOS QUE ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DO REGISTRO Nº 00001853408 DE 30/10/2008 NÃO PODENDO SER UTILIZADO SEPARADAMENTE. JUCERJA Valéria G. M. Serra SECRETÁRIA GERAL
---	--


[Handwritten signature]

4705
my

VEM Manutenção e Engenharia S.A.
CNPJ/MF nº 04.775.827/0001-28
NIRE: 33.3.0026936-3
Companhia Fechada

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
realizada em 9 de fevereiro de 2009.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Realizada às 10:00hs, do dia 09 de fevereiro de 2009, na sede social da VEM Manutenção e Engenharia S.A. ("VEM" ou "Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada das Canárias, nº 1.862, Prédio 2, cobertura, Ilha do Governador.
2. **PRESENÇA:** Acionista representando aproximadamente 98% (noventa e oito por cento) do capital social com direito a voto.
3. **CONVOCAÇÃO:** Edital publicado no Diário Mercantil nas edições dos dias 29 e 30 de janeiro de 2009 e 02 de fevereiro de 2009, páginas 12, 12, 5, respectivamente, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas edições dos dias 29 e 30 de janeiro de 2009 e 02 de fevereiro de 2009, páginas 10, 27 e 12, respectivamente.
4. **MESA:** Presidente: Nestor Mauro Koch, que convidou a mim, Bernardo Acácio Molin, para secretariar os trabalhos.
5. **ORDEM DO DIA:** (i) Mudança da denominação social da Companhia; e
(ii) Alteração do art. 12, *caput* do Estatuto Social da Companhia.
6. **DELIBERAÇÕES:** Deliberou-se, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, o quanto segue:
 - 6.I. Registrar que a ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária será lavrada na forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76.
 - 6.II. Foi colocado em discussão e votação o item (i) da ordem do dia, tendo sido aprovada, pelo acionista Aero-UB Participações S.A., a mudança da denominação social da Companhia para TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.



4766
my

Em decorrência da alteração da denominação da Companhia ora aprovada, o art. 1º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - A TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A. é uma Companhia por ações que se rege pela legislação aplicável e por este estatuto."

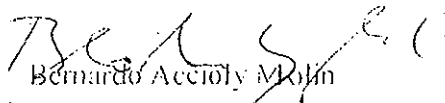
6.III. Em seguida, passando à discussão do item (ii) da ordem do dia, foi aprovada, pelo acionista Aero-LB Participações S.A., a alteração do art. 12, *caput* do Estatuto Social a fim de estabelecer que a Diretoria passará a ser composta por no mínimo 02 diretores. Assim, o art. 12, *caput* passará a vigorar com a seguinte redação:



"Artigo 12.º A Diretoria será composta de 2 (dois) a 5 (cinco) membros, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração; um deles designar-se-á Diretor Presidente, cada um dos demais, pela expressão "Diretor", podendo ser destituídos da função, a qualquer tempo."

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, é assinada pelo acionista presente (Aero-LB Participações S.A.) e pelo Secretário, passando a constar do livro próprio.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2009.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia)


Bernardo Accioly Molin
Secretário

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome : TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A	
Nire : 33.3.0026936-3	
Protocolo : 00-2009/023902-4 - 13/02/2009	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 16/02/2009, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.	
0000188 3841 DATA : 16/02/2009	 Valéria C.M. Serra SECRETÁRIA GERAL

4766
M

Em decorrência da alteração da denominação da Companhia ora aprovada, o art. 1º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1º - A TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A. é uma Companhia por ações que se rege pela legislação aplicável e por este estatuto."

6.III. Em seguida, passando à discussão do item (ii) da ordem do dia, foi aprovada, pelo acionista Aero-LB Participações S.A., a alteração do art. 12, *caput* do Estatuto Social a fim de estabelecer que a Diretoria passará a ser composta por no mínimo 02 diretores. Assim, o art. 12, *caput* passará a vigorar com a seguinte redação:



"Artigo 12.º A Diretoria será composta de 2 (dois) a 5 (cinco) membros, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração; um deles designar-se-á Diretor Presidente, cada um dos demais, pela expressão "Diretor", podendo ser destituídos da função, a qualquer tempo."

7. ENCERRAMENTO Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, é assinada pelo acionista presente (Aero-LB Participações S.A.) e pelo Secretário, passando a constar do livro próprio.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 2009.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia)


Bernardo Accioly Molin
Secretário

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome : TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A	
Nire : 33.3.0026936-3	
Protocolo : 00-2009/023902-4 - 13/02/2009	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM	16/02/2009. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.	
00001883841	
DATA : 16/02/2009	Valéria M. Sarria SECRETÁRIA GERAL



MAINTENANCE
& ENGINEERING

TAP MANUTENÇÃO E ENGENHARIA BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 04.775.827/0001-28

NIRE: 33.3.0026936-3

Companhia Fechada

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada às 09h00min do dia 27 de janeiro de 2012, na sede social da TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A. ("TAP M&E Brasil" ou "Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada das Canárias, nº 1.862, Prédio 2, cobertura, Ilha do Governador.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Face a presença de totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia em exercício, foram dispensadas as formalidades de convocação.
- 3. MESA:** Presidente: Sr. Luis Manuel da Silva Rodrigues, que convidou a mim, Bernardo Accioly Molin, para secretariar os trabalhos.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Dispensada a leitura da ordem do dia, foi deliberado, pela unanimidade dos conselheiros presentes que a ata a que se refere esta Reunião seria lavrada na forma de sumário.

Feitos os esclarecimentos preliminares, passou-se à deliberação do item único da ordem do dia, tendo sido aprovada, por unanimidade, a reeleição dos Srs. **GLAUCIA CRISTINA DA CUNHA LOUREIRO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 07051548-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 864.115.277-68, residente e domiciliada na Rua Leila Diniz, 757 - casa, bairro São Francisco, Niterói, RJ, e **NESTOR MAURO KOCH**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1006672198, expedida pelo SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 228.871.720-34, residente e domiciliado na Rua Dr. Tauphick Saadi, 420, apto 201, Porto Alegre, RS, para os cargos de diretores da Companhia, com mandato de 3 (três) anos a contar da presente data.

6. INVESTIDURA: **GLAUCIA CRISTINA DA CUNHA LOUREIRO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 07051548-1, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 864.115.277-68, residente e domiciliada na Rua Leila Diniz, 757 - casa, bairro São Francisco, Niterói/RJ, e **NESTOR MAURO KOCH**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 1006672198, expedida pelo SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 228.871.720-34, residente e domiciliado na Rua Dr. Tauphick Saadi, 420, apto 201, Porto Alegre, RS, chamados à Reunião, declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem condenados, ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, passando a serem investidos no cargo para o qual foram eleitos, mediante assinatura nos correspondentes termos de posse.



2057153



050f
4708
M



7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada, é assinada pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2012. (aa) Luis Manuel da Silva Rodrigues - Presidente da Mesa e Presidente do Conselho de Administração, Nestor Mauro Koch - Conselheiro, Maria Teresa da Silva Lopes - Conselheira e Bernardo Accioly Molin - Secretário da reunião.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia)

Bernardo Accioly Molin
Bernardo Accioly Molin
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome : TAP MANUTENCAO E ENGENHARIA BRASIL S/A	
Nire : 33.3.0026936-3	
Protocolo : 00-2012/028117-1 - 30/01/2012	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM E DATA ABAIXO.	01/02/2012, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
00002288228 DATA : 01/02/2012	<i>Valeria G. M. Serra</i> Valeria G. M. Serra SECRETARIA GERAL

2057153

4769
M

DOC. 02

4770
M

**TAP Manutenção e
Engenharia Brasil S.A.**
Demonstrações financeiras de acordo
com as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010



TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.
Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
CRC/RJ: 082.738/0-6
Contador Responsável

4273

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2011	2010
Circulante		
Caba e equivalentes de caba	1.597	7.306
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	35.859	22.507
Estoques e ordens em andamento	203.825	227.794
Impostos a recuperar	7.672	9.566
Despesas de exercícios seguintes	5.543	5.290
	<u>254.596</u>	<u>272.463</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	506	1.320
Depósitos judiciais	53.178	35.139
Imposto de renda e contribuição social diferidos		124.179
	53.684	160.638
Intangível imobilizado	8.514	10.429
	<u>46.869</u>	<u>47.960</u>
	<u>53.383</u>	<u>58.389</u>
Total do ativo	<u>361.663</u>	<u>491.490</u>

Passivo	2011	2010
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	14.896	25.065
Tributos a pagar	11.805	24.043
Salários e encargos sociais	26.347	25.915
Partes relacionadas	727.731	494.269
Provisões		5.000
	<u>780.579</u>	<u>574.292</u>
Não circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar	837	1.555
Tributos a pagar		
Parcelamento especial Lei nº 11.941	222.606	354.118
Provisão para contingências	57.981	64.739
	280.524	420.412
Obrigações com benefícios de aposentadoria	<u>60.981</u>	<u>65.687</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	568.023	568.023
Ajustes de avaliação patrimonial	(119.975)	(74.952)
Prejuízos acumulados	(1.208.469)	(1.061.972)
	<u>(760.421)</u>	<u>(568.901)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>361.663</u>	<u>491.490</u>


Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
Contador Responsável

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.
Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
CRC/RJ: 082.738/O-6
Contador Responsável

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4772
my

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Operações continuadas		
Receita	147.080	125.598
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	<u>(145.992)</u>	<u>(93.988)</u>
Lucro bruto	1.088	31.610
Provisão para devedores duvidosos	2.283	(1.080)
Despesas administrativas	(23.525)	(29.963)
Honorários dos administradores	(1.462)	(1.372)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(93.140)</u>	<u>(128.003)</u>
Prejuízo operacional	(114.757)	(128.808)
Receitas financeiras	5.574	6.594
Despesas financeiras	(32.944)	(42.789)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	<u>(4.550)</u>	<u>(2.429)</u>
Despesas financeiras, líquidas	(31.740)	(38.624)
Resultado não operacional		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Prejuízo do exercício	<u>(146.497)</u>	<u>(167.432)</u>
Prejuízo por lote de mil ações (expresso em R\$)	<u>(0,04)</u>	<u>(0,05)</u>



Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
Contador Responsável

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.
Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
CRC/RJ: 082.738/0-6
Contador Responsável

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4773
my

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Prejuízo do exercício	(146.497)	(167.432)
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	<u>(13.648)</u>	<u>(11.847)</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>(13.648)</u>	<u>(11.847)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(160.145)</u>	<u>(179.279)</u>



Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
Contador Responsável

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.
Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
CRC/RJ: 082.738/O-6
Contador Responsável

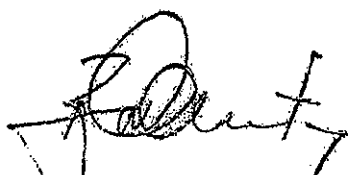
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4779
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2010	568.023	(63.771)	(884.775)	(380.523)
Prejuízo do exercício			(9.765)	(9.765)
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria			666	666
Total do resultado abrangente do exercício			(9.099)	(9.099)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial		666	(666)	
Em 31 de dezembro de 2010	568.023	(63.105)	(894.540)	(389.622)
Resultado abrangente do exercício			(167.432)	(167.432)
Prejuízo do exercício			(11.847)	(11.847)
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria				
Total do resultado abrangente do exercício			(179.279)	(179.279)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial		(11.847)	11.847	
Em 31 de dezembro de 2011	568.023	(74.952)	(1.061.972)	(568.901)
Resultado abrangente do exercício			(146.497)	(146.497)
Prejuízo do exercício			(31.375)	(31.375)
Cisão com AEROLB			(13.648)	(13.648)
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria				
Total do resultado abrangente do exercício			(191.520)	(191.520)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial		(13.648)	13.648	
Em 31 de dezembro de 2011	568.023	(119.975)	(1.208.469)	(760.421)



Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
Contador Responsável

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.
Bruno Fernandes de Castro
Gerente de Controladoria
CRC/RJ: 082.738/O-6
Contador Responsável

4775
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras de acordo
com as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de dezembro de 2010**



4776
my

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A. ("Companhia" ou "TAP ME") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



4777
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações, apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, no montante de R\$ 301.829 mil, e depende substancialmente de recursos de sua controladora. Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, suscita dúvida substancial sobre sua continuidade operacional. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2011

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Nota 6)	7.306	5.065	6.691
demais contas a			
	22.507	23.851	57.698
nto (Nota 8)	227.794	199.637	150.524
	9.566	12.506	22.467
tes	5.290	1.404	2.334
	<u>272.463</u>	<u>242.463</u>	<u>239.714</u>
s e			
Nota 7)	1.320	3.472	972
	35.139	19.847	25.353
	<u>124.179</u>	<u>124.179</u>	
	160.638	147.498	26.580
	10.429	11.246	14.982
	47.960	45.193	55.475
	<u>219.027</u>	<u>203.937</u>	<u>97.037</u>
	<u>491.490</u>	<u>446.400</u>	<u>336.751</u>

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Passivo e patrimônio líquido (passivo descoberto)		
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 13)	25.065	24.557
Tributos a pagar (Nota 11)	24.043	32.510
Salários e encargos sociais (Nota 12)	25.915	33.075
Partes relacionadas (Nota 23)	494.269	266.575
Provisões (Nota 22)	5.000	
	<u>574.292</u>	<u>356.717</u>
Não circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 13)	1.555	2.272
Tributos a pagar (Nota 11)		
Parcelamento especial Lei nº 11.941 (Nota 14)	354.118	339.517
Provisão para contingências (Nota 22)	64.739	70.306
	<u>65.687</u>	<u>67.210</u>
Obrigações com benefícios de aposentadoria (Nota 16)		
	<u>486.099</u>	<u>479.305</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social (Nota 17)	568.023	568.023
Ajustes de avaliação patrimonial	(74.952)	(63.105)
Prejuízos acumulados	(1.061.972)	(894.540)
	<u>(568.901)</u>	<u>(389.622)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>491.490</u>	<u>446.400</u>

VF
27/10
2009

4779
MM

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Operações continuadas		
Receita (Nota 18)	125.598	151.948
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	<u>(93.988)</u>	<u>(124.319)</u>
Lucro bruto	31.610	27.629
Provisão para devedores duvidosos	(1.080)	(12.795)
Despesas administrativas	(29.963)	(22.184)
Honorários dos administradores	(1.372)	(1.426)
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 19)	<u>(128.003)</u>	<u>(70.244)</u>
Prejuízo operacional	(128.808)	(79.020)
Receitas financeiras	6.594	4.882
Despesas financeiras	(42.789)	(56.297)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	<u>(2.429)</u>	<u>(3.509)</u>
Despesas financeiras, líquidas (Nota 20)	(38.624)	(54.924)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(167.432)	(133.944)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>124.179</u>	<u>124.179</u>
Prejuízo do exercício	<u>(167.432)</u>	<u>(9.765)</u>
Prejuízo por lote de mil ações (expresso em R\$)	<u>(45,38)</u>	<u>(2,65)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4780
my

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Prejuízo do exercício	(167.432)	(9.765)
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria (Nota 16)	<u>(11.847)</u>	<u>666</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	<u>(11.847)</u>	<u>666</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(179.279)</u></u>	<u><u>(9.099)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

9781
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2009	568.023	(63.771)	(884.775)	(380.523)
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício			(9.765)	(9.765)
Ganho atuarial com benefícios de aposentadoria			666	666
Total do resultado abrangente do exercício			(9.099)	(9.099)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial		666	(666)	
Em 31 de dezembro de 2009	568.023	(63.105)	(894.540)	(389.622)
Resultado abrangente do exercício				
Prejuízo do exercício			(167.432)	(167.432)
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria			(11.847)	(11.847)
Total do resultado abrangente do exercício			(179.279)	(179.279)
Transferência para ajuste de avaliação patrimonial		(11.847)	11.847	
Em 31 de dezembro de 2010	<u>568.023</u>	<u>(74.952)</u>	<u>(1.061.972)</u>	<u>(568.901)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4782
MM

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa aplicado nas operações (Nota 21)	(204.119)	(148.215)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(204.119)</u>	<u>(148.215)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado (Nota 10)	(12.793)	(8.870)
Valor recebido pela venda de imobilizado (Nota 21)	239	6.386
Compras de ativos intangíveis (Nota 9)	(409)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(12.963)</u>	<u>(2.484)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Valor recebido de mútuo com partes relacionadas (Nota 23)	219.323	149.073
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>219.323</u>	<u>149.073</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.241	(1.626)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	<u>5.065</u>	<u>6.691</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	<u><u>7.306</u></u>	<u><u>5.065</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

4783
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A. ("a Companhia"), que até 9 de fevereiro de 2009 era denominada VEM Manutenção e Engenharia S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na área industrial do Aeroporto Tom Jobim - Galeão no Rio de Janeiro - RJ. Atualmente a Companhia possui uma filial operacional estrategicamente localizada no aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre - RS e um escritório de vendas no aeroporto de Congonhas em São Paulo - SP.

A Companhia tem como objeto social prestar serviços de (a) manutenção em aeronaves civis e militares, suas partes e acessórios; (b) conserto, restauração e conservação de máquinas e equipamentos; (c) consultoria técnica, desenvolvimento e execução de projetos de engenharia e de programas de treinamento e formação técnica; e (d) vender e alugar materiais aeronáuticos ou que suportam a operação de Companhias aéreas.

A Companhia possui certificações e licenças para operar como oficina reparadora pelas principais agências nacionais e internacionais, dentre estas a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil (Brasil), FAA - *Federal Aviation Administration* (USA) e EASA - *European Aviation Safety Agency* (Europa).

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está distribuído conforme abaixo:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Aero-LB Participações S.A.	3.639.093.494	98,6%
Instituto Aerus de Seguridade Social ("AERUS")	25.064.678	0,7%
Viação Aérea Rio Grandense S.A.	25.063.676	0,7%
FRB-Par Investimentos S.A.	1.000	0,0%
Total	<u>3.689.222.848</u>	<u>100,0%</u>

Em novembro de 2005, a Aero-LB Participações S.A. ("Aero-LB") adquiriu 90% das ações da Companhia em poder da Viação Aérea Rio Grandense S.A. ("VARIG") - em recuperação judicial.

Em maio de 2007, a Companhia Transportes Aéreos Portugueses S.A. ("TAP"), com sede em Portugal, adquiriu indiretamente o controle acionário da Companhia, pela aquisição do controle acionário da Aero-LB.

A significativa dependência operacional e financeira que a Companhia possuía com a VARIG, ex-controladora, que estava em dificuldades financeiras e que culminaram com a entrada em recuperação judicial e posterior venda da maior parte de suas operações em 2007, levaram a Companhia a perdas significativas em 2005 e 2006, que chegaram a R\$ 248.385 e R\$ 446.695, respectivamente.

4784
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante os últimos anos, a administração tem desenvolvido diversas ações visando melhorar o desempenho operacional da Companhia. Estas ações serão revisadas, ampliadas e concluídas nos próximos anos, sendo as principais:

- Acompanhamento e encerramento do plano de reestruturação (AOG), assessorado por consultores externos com a finalidade de acelerar as ações de gestão financeira e de negócios da Companhia.
- Ampliação e diversificação da carteira de clientes através de busca pela própria Companhia e por sinergia com clientes da TAP.
- Desenvolvimento de parcerias com a TAP.
- Reestruturação organizacional e operacional para adequar o número de funcionários às necessidades operacionais.
- Melhoria no portfólio de serviços ao mercado e na rentabilidade esperada.
- Renegociação de obrigações visando parcelamento das dívidas tributárias registradas pela Companhia.
- Negociações de um plano de capitalização da Companhia em conjunto com a TAP, visando a obtenção de recursos financeiros por aumento de capital e empréstimos com partes relacionadas.
- Reestruturação do conselho de administração, presidência e diretoria da Companhia.

A Companhia apresentou perdas no valor de R\$ 167.432 em 2010, entretanto, com base nas projeções de resultados, espera reverter sua situação financeira e operacional negativa nos próximos dois anos, através da consolidação das medidas acima.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 25 de março de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças de práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e os CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, estão descritas na Nota 25.

4785
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários no Brasil e no exterior, com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

4786
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5 e 2.3).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito nas Notas 2.5 e 7.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

4787
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados desde o reconhecimento inicial dos ativos:
 - mudanças adversas na situação do pagamento do devedor;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurada a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. As contas a receber em atraso há mais de 180 dias são objeto de constituição de provisão para devedores duvidosos.

4788
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Estoques e ordens de serviço em andamento

Os estoques e ordens de serviço em andamento são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio de estoque. Os custos de ordens de serviço em andamento se referem aos custos incorridos com manutenções em processo de execução e compreendem material, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Os estoques de partes e peças de terceiros que dão entrada na Companhia para serem utilizados no serviço de manutenção são controlados pelo módulo de logística do sistema integrado, têm cobertura de seguro e não são registrados contabilmente.

A Companhia segrega sua capacidade ociosa, registrando os custos excedentes, diretamente no resultado, quando incorridos, e apresentados como outras despesas operacionais (Nota 19). A capacidade ociosa é composta basicamente por custos incorridos com mão-de-obra, considerando a diferença entre a disponibilidade de horas homem em condições normais e a quantidade de horas efetivas aplicadas na prestação de serviço de manutenção, outras atividades produtivas e administrativas.

A Companhia tem como prática operacional recuperar peças para utilização nos serviços a serem prestados ou para venda direta. Os custos incorridos com a recuperação dessas peças são alocados aos estoques de material para revenda, e compreendem basicamente material e mão-de-obra direta.

2.7 Ativos intangíveis

Os direitos de uso de *software* adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, conforme divulgado na Nota 9.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

4789
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

2.8 Imobilizado

Terreno e edificações compreendem, principalmente, escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis e benfeitorias	20
Máquinas e componentes	10-20
Veículos	3-5
Móveis, utensílios, equipamentos e computadores	3-8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

2.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são

4710
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Provisões

As provisões para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

4791
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.13 Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora do plano de pensão intitulado PLANO II - VEM no Instituto Aerus de Seguridade Social ("AERUS") (sob intervenção), de contribuição definida cujas características e detalhes estão descritos na Nota 16.

O passivo relacionado aos benefícios definidos refere-se ao valor presente da obrigação definida na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método do reconhecimento imediato. O valor presente da obrigação dos benefícios é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos, cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado abrangente pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração pública ou privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(a) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e cumpre um período de trabalho mínimo de 10 anos. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido.

(b) Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou com fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

4792
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor faturado pela venda de serviços e venda de estoques para clientes. A receita pela venda de serviços é reconhecida quando os serviços foram integralmente concluídos e os benefícios destes serviços são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o serviço é entregue e aceito pelo comprador. A receita pela venda de estoques é reconhecida quando os riscos e benefícios atrelados ao material são substancialmente transferidos para o comprador.

2.15 Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.16 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos, orientações e ou interpretações de CPCs a seguir estão em fase de aprovação e não gerarão impactos para a Companhia.

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>
CPC 04 (R1) - "Ativo Intangível"	As modificações propostas não alteram a essência do Pronunciamento original, de modo que a aplicação da versão revisada do Pronunciamento não deve provocar valores contábeis diferentes dos anteriormente apurados.
CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil"	As modificações propostas não alteram a essência do Pronunciamento original, de modo que a aplicação da versão revisada do Pronunciamento não deve provocar valores contábeis diferentes dos anteriormente apurados.
CPC 07 (R1) - "Subvenção e Assistência Governamentais"	As modificações propostas não alteram a essência do Pronunciamento original, de modo que a aplicação da versão revisada do Pronunciamento não deve provocar valores contábeis diferentes dos anteriormente apurados.
CPC 08 (R1) - "Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários"	O objetivo é prescrever o tratamento contábil aplicável ao registro dos custos incrementais incorridos na distribuição pública primária de ações ou bônus de subscrição, na aquisição e alienação das próprias ações, na captação de recursos por meio de emissão de títulos de dívida, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros títulos patrimoniais e de dívida.

4793
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tópico

Exigências-chave

CPC 37 (R1) - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade"

A proposta de revisão do CPC 37 contempla alterações feitas pelo próprio IASB após a aprovação do CPC 37 por este Comitê, com base no *Bound Volume* 2010, bem como certas compatibilizações de texto visando não deixar dúvidas que a intenção do CPC com a revisão do Pronunciamento é produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 1. Em relação a versão originalmente aprovada pelo CPC em 2009, foram adicionadas certas opções, permitidas pelo IASB, que haviam sido eliminadas no CPC 37 considerando a adoção dos diversos pronunciamentos aprovados pelo CPC em 2008 (CPCs de 1 a 14). A inclusão dessas opções permitidas se fez necessário tanto para facilitar o processo de convergência das Companhias brasileiras que apresentarão pela primeira vez suas demonstrações contábeis em IFRS, quanto para permitir que as cifras das demonstrações contábeis individuais possam ser equivalentes as demonstrações contábeis em IFRS. Como mencionado em outras comunicações ao mercado, em decorrência de certas restrições existentes na legislação societária brasileira (reavaliação de ativos, por exemplo) quando da edição do CPC 37 foram feitas certas restrições de alternativas permitidas pelas IFRS, sem que com isso as demonstrações contábeis resultantes da aplicação do CPC 37 e os demais pronunciamentos emitidos pelo CPC não possam ser consideradas como atendendo plenamente as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB.

CPC 43 (R1) - "Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos"
CPC 15 a 40

O objetivo deste Pronunciamento é fornecer as diretrizes necessárias para que as demonstrações contábeis de uma entidade que estejam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC, e as divulgações contábeis intermediárias para os períodos parciais cobertos por essas demonstrações contábeis possam ser declaradas, com as exceções (demonstrações contábeis individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento controlado em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial de acordo com o exigido pela legislação brasileira e a manutenção pela entidade de saldo no ativo diferido), como estando conformes com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* (IFRSs).

ICPC 16 - "Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais"

Esta Interpretação trata da contabilização por uma entidade quando as condições de um passivo financeiro são renegociadas e resultam na emissão de instrumentos patrimoniais da entidade ao seu credor para a extinção total ou parcial do passivo financeiro.

4794
M

TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2010**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Provisões para contingências judiciais

As provisões para passivos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os processos em que a administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, julgue como provável um resultado desfavorável à Companhia e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias

Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos incidentes sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que serão utilizadas para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base a expectativa de pagamento do programa especial de parcelamento - REFIS.

(c) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e que utilizam várias premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

Juizo de Direito da 1ª Vara Empresarial
Processo:

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que:

ENCERREI à fls. 4800 o 24º volume destes autos.

() INICIEI à fls. _____ o _____ volume destes autos.

Rio, 18 / 05 / 2012.